

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

O contributo das organizações de economia social para o desenvolvimento:
O caso do concelho de Almeida

Liliana Andreia da Fonseca Lourenço

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador(a):
Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar,
Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa

Março, 2012

Resumo

Esta dissertação foi elaborada no âmbito da candidatura ao grau de Mestre em Economia Social e Solidária e tem como objetivo dar uma contribuição para um maior conhecimento do papel das organizações de economia social na procura de respostas aos problemas sociais do concelho de Almeida.

O concelho apresenta uma estrutura populacional fortemente envelhecida, fruto do êxodo demográfico verificado nas últimas décadas, provocado tanto pela emigração, como pelas migrações internas, e pelas próprias dinâmicas demográficas.

A dinâmica das organizações da Economia Social do concelho contribui para o processo de desenvolvimento da região. O esforço para dinamizar o processo de desenvolvimento local está expresso na promoção de projetos de luta contra a pobreza e exclusão social implementados no terreno, nomeadamente através de programas com financiamento comunitário (Pobreza III, Equal) e da oferta de novos serviços de proximidade que contribuem para a resolução de problemas inerentes ao envelhecimento populacional e geram emprego. Estas organizações assumem também um papel relevante na valorização de potencialidades locais e no aproveitamento dos recursos endógenos da região (Museu de Peva, valorização e divulgação do património natural, histórico e cultural).

As iniciativas associativas que operam na comunidade revelam uma sociedade civil capaz de se organizar e demonstram que é possível, com o envolvimento dos diversos atores, caminhar no sentido de uma outra forma organizativa de economia que visa a satisfação das necessidades da população.

No contexto deste trabalho o desenvolvimento local será encarado como ação para o desenvolvimento de iniciativa local tendo como objetivo a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer.

Palavras-chave: Desenvolvimento, economia social, economia solidária, sociedade civil, participação

Códigos do sistema de classificação JEL: O10 - Economic Development; O18 - Regional, Urban, and Rural Analyses; L31 - Nonprofit Institutions; NGOs.

Abstract

This dissertation was conducted in the context of the appliance to the Master Degree in Social and Solidarity Economy and has the inherent objective of giving a contribution to a better understanding of the role of the social economy organizations in the search for answers to the social problems in the county of Almeida.

This region of the country is characterized by a very aged populational structure as a result of the demographic exodus verified in the last decades induced by the emigration, internal migrations and the demographic dynamic itself.

The dynamic of the Social and Solidarity Economy organizations in the referred county contributes to the development of this region. The effort to stimulate the local development process is expressed through the creation of projects to fight poverty and social exclusion, namely through community financing programs (Poverty III, Equal) and the availability of new proximity services, which contribute to solving the problems inherent to the aging population and generate employment.

These organizations assume a relevant role in the valorization of local potentials and in the exploitation of endogenous resources of the region (Peva Museum, gastronomical events, recognition and disclosure of the natural patrimony, landscape, historic and cultural).

The associative initiatives operating in the community reveal a civil society able to organize and demonstrate what is possible with the involvement of different actors, heading towards another form of economic organization that aims to meet the needs of the population.

In the context of this project, the local development is regarded as a local initiative for development, with the objective of achieving the answer to basic needs that are not fulfilled in the community.

Key Words: Development, social economy, solidarity economy, civil society, participation

JEL Classification System codes: O10 - Economic Development; O18 - Regional, Urban, and Rural Analyses; L31 - Nonprofit Institutions; NGOs.

Agradecimentos

Como forma de expressar o meu reconhecimento quero agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação.

Ao Professor José Manuel Henriques por ter aceitado desempenhar o papel de orientador. Obrigada pela orientação metodológica e teórica do trabalho e também pela sua disponibilidade que me permitiram trilhar este caminho.

A todos os professores, pelos conhecimentos que me transmitiram ao longo das aulas de mestrado.

Aos colegas, pela partilha de informações e de experiências.

Aos dirigentes e responsáveis pelas associações com quem contactei, que, na qualidade de entrevistados, me forneceram os elementos necessários à elaboração desta dissertação.

À família, em particular a minha mãe e ao meu irmão, pelas críticas e sugestões que fizeram.

Ao Carlos que contribuiu para facilitar a conciliação da vida familiar, profissional e académica.

Às minhas filhas Leonor e Catarina que me deram alento para continuar.

Lista de Abreviaturas

AAP	- Associação Dos Amigos De Peva
ADCS	- Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de São Sebastião
CAIS	- Centro de Apoio e Integração Social de Vilar Formoso
CCDRC	- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCRC	- Comissão de Coordenação da Região Centro
FAO	- Food and Agriculture Organization of the United Nations
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INE	- Instituto Nacional de Estatística
IEFP	- Instituto de Emprego e Formação Profissional
ONG's	- Organizações não-governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Índice

1. Introdução	1
1.1 Motivação e objetivos	1
1.2 Enquadramento Geral	2
2. Enquadramento Teórico Concetual.....	4
2.1 A Problemática do Desenvolvimento	4
2.1.1 A “fileira das pessoas e das comunidades”	7
2.1.2 A “fileira ambiental”	11
2.1.3 A “fileira dos direitos humanos e da dignidade humana”	14
2.2 Articulação territorial do desenvolvimento	15
2.2.1 Paradigma Funcionalista	15
2.2.2 Paradigma territorialista	17
2.3 Economia Social e Solidária	21
2.3.1 Sociedade civil e associativismo	27
2.3.2 Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local.....	30
3. Metodologia	31
4. Contexto do estudo	33
4.1 Caraterização do concelho	33
4.1.1 Envelhecimento demográfico e isolamento.....	33
4.1.2 Fragilidade do tecido empresarial e dificuldades de criação de emprego	36
4.1.3 Baixo nível de escolaridade da população.....	38
4.1.4 Concentração espacial dos equipamentos públicos	39
4.1.4.1 Equipamentos escolares	39
4.1.4.2 Equipamentos culturais, desportivas e lúdicos	39
4.1.4.3 Equipamentos de apoio à saúde	40
4.1.4.4 Síntese	40

4.2	Organizações da economia social do concelho de Almeida	43
5.	O contributo das organizações da economia social no processo de desenvolvimento do concelho de Almeida	45
5.1	Projetos dinamizados por associações do concelho	45
5.1.1	CAIS de Vilar Formoso - Projeto Mundo Rural em Transformação (Pobreza 3)	46
5.2	As Associações de Solidariedade Social no Concelho de Almeida	51
5.2.1	A Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de São Sebastião	55
5.2.2	Associação dos Amigos de Peva	58
6.	Conclusões	61
	Bibliografia	65
	Fontes	70
	ANEXOS	71
	Anexo A – Caraterização do Concelho	72
	Anexo B - Levantamento das Associações do Concelho de Almeida	77
	Anexo C – Guião de entrevista	80
	Anexo D – Apresentação dos resultados da pesquisa	83

Índice de Gráficos

Gráfico 1	– Evolução da população residente	34
Gráfico 2	– Evolução da taxa bruta de natalidade e mortalidade	35
Gráfico 3	– Evolução da população ativa por setor de atividade (1981-2001)	37
Gráfico 4	– Distribuição da população residente por nível de escolaridade – 2011	38

Índice de quadros

Quadro 1	– Evolução da população residente no concelho por freguesia	34
Quadro 2	– Caraterização das empresas	37

1. Introdução

Esta introdução vem dar a conhecer o tema proposto, contextualizá-lo e evidenciar o objetivo da dissertação.

1.1 Motivação e objetivos

Este trabalho pretende dar uma contribuição para um maior conhecimento do papel da sociedade civil, mais especificamente das associações de solidariedade social no desenvolvimento do concelho de Almeida.

O interesse pessoal foi suscitado pelos inúmeros sinais indicadores da crescente importância destas organizações no quadro do desenvolvimento do concelho, tais como, oferta de serviços à população que contribuem para a resolução de problemas vividos pela comunidade, e a criação de postos de trabalho que contribui para a fixação de população jovem.

Numa fase ainda embrionária da definição do tema da dissertação configuraram-se várias alternativas, entre as quais destaco: análise do impacto de um projeto promovido pelo Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS) de Vilar Formoso, uma IPSS do concelho, denominado Projeto Mundo Rural em Transformação (integrado no terceiro programa comunitário de ação destinado a fomentar a integração social e económica dos grupos menos privilegiados, abreviadamente designado por Pobreza III) na capacitação das associações locais; análise do contributo da Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião para o desenvolvimento local.

O resultado final desta dissertação, resulta da combinação das duas alternativas, pretende contribuir para a construção de conhecimento sobre as organizações de economia social, numa perspetiva indutiva, aprofundando a reflexão com base em duas vertentes: por um lado, no envolvimento destas organizações na construção de estratégias de combate à pobreza, através da promoção de projetos integrados em programas de iniciativas comunitárias, por outro lado, na importância que estas assumem, traduzida na oferta de serviços que visam a satisfação de necessidades não satisfeitas pelo estado e pelo mercado e na criação de emprego.

Do ponto de vista científico, pretende-se enriquecer o conhecimento através da partilha de experiências concretas, em contexto rural, no domínio da participação das organizações da economia social na procura de respostas a necessidades sociais.

1.2 Enquadramento Geral

As profundas assimetrias regionais ao nível do desenvolvimento entre o litoral e as zonas de interior têm sido uma constante ao longo da história do nosso país. Desde sempre os custos da interioridade têm sido muito elevados em termos de desenvolvimento e crescimento económico das regiões do interior, quer por fatores ambientais naturais, que se prendem com a natureza do solo, do relevo, do clima e da escassez de recursos hídricos; quer por fatores humanos que se prendem com as opções políticas que foram seguidas ao longo dos tempos.

“Estas (zonas de interior) confrontam-se com aspetos muito negativos que são obstáculo ao seu desenvolvimento e que urge modificar, tais como a regressão demográfica, o envelhecimento elevado da população, o despovoamento, as estruturas agrárias tradicionais e obsoletas, a fraca representação da indústria, [...] e a sua localização muito periférica face aos principais centros económicos e de decisão. Dum modo geral os problemas e debilidades são claramente estruturais, em consequência do seu isolamento e da sua localização periférica e marginal.” (Magalhães, 2001:7).

Fruto das políticas de desenvolvimento regional seguidas, que conduziram a uma concentração crescente da população nas zonas litorais, as zonas rurais do interior assistiram a um processo de desertificação populacional. Apesar das medidas das políticas públicas, que apostaram na criação de infraestruturas, tais como, infraestruturas rodoviárias, equipamentos culturais e desportivos, criação de parques industriais, não foi possível “estancar” a quebra demográfica, e os reflexos “esperados” ao nível da criação de emprego não se fizeram sentir.

O agravamento dos problemas de pobreza e exclusão social, o reconhecimento que as políticas convencionais não eram capazes de resolver os problemas, dada a sua complexidade, e as contribuições dadas pelos cientistas sociais, nomeadamente sociólogos e economistas, para uma melhor compreensão destes fenómenos conduziram a uma transição paradigmática.

No contexto desta transição paradigmática, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo resultante da mobilização dos atores relevantes, independentemente da sua origem, em iniciativas que sejam orientados pela e para a comunidade local. No entanto, a capacidade de gerar iniciativas de forma espontânea é difícil, sendo as dificuldades acrescidas em comunidades situadas em contextos espaciais “desfavorecidos”, tornando-se por isso necessário estimular a participação.

No concelho de Almeida são escassas as respostas dadas pelas políticas públicas aos problemas que se põem quer aos jovens, no que respeita a projetos de vida e criação de emprego, quer aos mais idosos, em termos de assistência e de prestação de cuidados básicos face à solidão e carências materiais.

A dinamização e valorização das suas múltiplas potencialidades endógenas são essenciais para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. A sociedade civil, nomeadamente as associações, poderá perfilar-se como protagonista na dinamização e exploração das potencialidades através da mobilização dos recursos endógenos.

De acordo com o intuito inerente a esta problemática, coloca-se a questão de partida que serve de base a esta dissertação:

Como é que as organizações de economia social do concelho de Almeida podem contribuir para o processo de desenvolvimento do concelho?

2. Enquadramento Teórico Concetual

Neste capítulo pretende-se contribuir para uma reflexão em torno do desenvolvimento local e da economia social e solidária, partindo da análise dos conceitos considerados chave para esta dissertação: desenvolvimento, participação, economia social, economia solidária e sociedade civil e nos contributos teóricos dos diversos autores.

Estes conceitos assumem particular relevância num contexto em que se espera que o desenvolvimento se norteie pelos princípios de solidariedade, participação, e iniciativa coletiva, não esquecendo o respeito pela diversidade cultural e ambiental, e que seja promotor de coesão social.

2.1 A Problemática do Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento ganhou importância no seio da ciência económica no pós II Guerra Mundial, altura em que os problemas do crescimento do Produto Nacional Bruto e da sua distribuição, e da inserção das economias nacionais em espaços económicos mais ou menos vastos se tornaram preocupação de políticos e cientistas.

Também neste período, e dentro desta problemática, teve grande incremento a sociologia do desenvolvimento e foi-se diferenciando entre economia do crescimento e economia do desenvolvimento, porque pode acontecer que o crescimento económico não se traduza no desenvolvimento das populações, no sentido de uma mudança social, ou num “*processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza*”, como diz Amartya Sen (2003:19).

Este autor defende que «*pôr a tónica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas do desenvolvimento, tais como as que identificam desenvolvimento com o crescimento do produto nacional bruto, ou com o progresso tecnológico, ou com a modernização social*». Sen afirma que «*apesar do aumento sem precedentes da riqueza global, o mundo contemporâneo recusa as liberdades elementares a grande quantidade – talvez mesmo à maior parte – das pessoas*» (Sen, 2003:20).

Na realidade verifica-se que nem sempre o crescimento económico é acompanhado pela melhoria do bem-estar geral das populações, na medida em que não beneficia todos de igual forma.

Sobre esta perspetiva, Seers (1979:952) refere que não se poderá falar de desenvolvimento, se a pobreza, o desemprego e as desigualdades na distribuição do rendimento tiverem evoluído desfavoravelmente, mesmo que o rendimento per capita tenha aumentado. Segundo este economista preocupado com as questões do desenvolvimento, «*as pessoas são, ou deveriam ser centrais para o processo e um elemento essencial em todas as estratégias de desenvolvimento*», pois que, para ele, desenvolvimento é inequivocamente uma questão de melhoria de qualidade de vida. De tal forma que para avaliar o grau de desenvolvimento de um país se deveriam ter em conta as três variáveis chave (pobreza, desemprego e desigualdade). Se em todas elas se verificasse uma diminuição, então, sem dúvida que se estava perante um período de desenvolvimento do país.

De acordo com Seers (1979:949) o crescimento económico pode falhar na resolução das dificuldades e de problemas sociais e políticos; e certos tipos de crescimento podem mesmo estar na origem dessas dificuldades.

A década de 60/70 do século XX foi designada pela ONU como a década para o desenvolvimento. Foi também nesta década que a doutrina social da Igreja Católica teve um grande impacto veiculado pelo histórico discurso do Papa Paulo VI na ONU em 1965 e em 1967 pela publicação da encíclica *Populorum Progressio*, importante documento onde é afirmado que “*o desenvolvimento sustentado é o novo nome da paz*”.

Várias peculiaridades diferenciam esta encíclica das clássicas encíclicas de outros Papas, no sentido de uma forte determinação de a tornar um documento dirigido não só aos católicos mas a «*todos os homens de boa vontade*» e sobretudo procurando garantir que tenha efeitos práticos notórios para a humanidade. Para isso Paulo VI criou a comissão pontifícia «*Iusticia et Pax*» com a finalidade de promover que as ideias do documento não morressem asfixiadas no campo da teoria, mas se traduzissem em resultados práticos para o desenvolvimento humano. Por isso o Papa envia cinco exemplares com dedicatória especial para a ONU, para a UNESCO, para a FAO, para a Cáritas Internacional e para a Comissão «*Iustia et Pax*». (Os Editores, 1974:386 - Introdução preparada pela editorial Biblioteca de Autores Cristianos de Madrid).

Logo no preâmbulo é dito que «*esta encíclica pretende ser um chamamento em prol do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da humanidade*» (op. cit., 387), o que é muito significativo num mundo onde milhões de pessoas, vastas regiões e países

inteiros vivem em condições de pobreza extrema e têm ficado, sistematicamente, à margem do progresso tecnológico e do crescimento económico mundial; onde o analfabetismo grassa gritantemente na maior parte do mundo, em contraste com alguns países onde está praticamente erradicado; onde o número de médicos por habitante é gritantemente desequilibrado; onde a esperança média de vida é muito desigual.

A ciência económica, não é indiferente a estes problemas, segundo Roque Amaro (2003:37), nos últimos 60 anos e em particular nos últimos 30, o conceito tornou-se mais complexo e menos linear na sua concepção e aplicação. A complexidade adquirida por este conceito foi enriquecida pela contribuição de várias disciplinas e pelas experiências de várias práticas, tornando-se, por seu turno, portadora de múltiplos desafios, quer no que se refere às abordagens interdisciplinares que exige, quer no que respeita às estratégias e aos métodos de intervenção que implica.

Fruto da preocupação com novas questões, foram surgindo novos conceitos mais abrangentes. Roque Amaro (2003) sistematiza seis conceitos (Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado), tendo em conta os seus conteúdos e contextos de afirmação, em três grandes “fileiras ou famílias conceituais”: a “fileira das pessoas e das comunidades (people centered)”; a “fileira ambiental” e a “fileira dos direitos humanos e da dignidade humana”.

A “fileira das pessoas e das comunidades”, procura colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento, integra o conceito de desenvolvimento local e desenvolvimento participativo.

A “fileira ambiental” é a que integra a questão ambiental, tentando conciliar desenvolvimento com preocupações ambientais, integra o conceito de desenvolvimento sustentável.

A “fileira dos direitos humanos e da dignidade humana” associa desenvolvimento ao respeito pelos direitos humanos fundamentais e ao compromisso de garantir limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana, abrange o conceito de desenvolvimento humano e de desenvolvimento social.

2.1.1 A “fileira das pessoas e das comunidades”

Apesar de as políticas tradicionais em vigor na década de 70 revelarem algum sucesso, principalmente devido às elevadas taxas de crescimento e à grande procura verificada nos anos 50 e 60, não se revelaram suficientemente eficazes no combate às iniquidades relativas à qualidade de vida. Desta forma, a preocupação foi direcionada para as causas dos problemas regionais.

Manuela Silva refere-se ao desenvolvimento comunitário como uma técnica de aceleração do progresso das “*regiões-problema*”, partindo da definição das Nações Unidas, segundo a qual este é o “*conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral*” (Silva, 1963:543)

No final dos anos 60 começou a afirmar-se um novo conceito de desenvolvimento, que assentava no reconhecimento de que este não era um fenómeno meramente quantitativo, uma questão de – “*mais ter*”; era igualmente, um fenómeno qualitativo – deve traduzir-se, portanto por “*mais ser*” ou “*melhor ser*” (Silva, 1963:542) - que agregava uma série de conceitos com preocupações diferentes, mas que possuem semelhanças fundamentais. Estas semelhanças prendem-se na essência com uma viragem no objeto em análise. Ao contrário do conceito mais economicista, dá-se menos importância à produção e passa-se a dar mais importância ao Homem.

Na sequência das debilidades e fracassos dos modelos de desenvolvimento, foi lançada por Walter Stohr (referido por Henriques, 2006:228) a noção de “*changing external conditions*”, no quadro da qual faz sentido referir as condicionantes mais explícitas, que contribuíram para a emergência do local: o reduzido crescimento económico agregado, os crescentes custos associados à energia e aos transportes, a redução de fundos públicos, o aumento da consciência ambiental, a disponibilidade de novas tecnologias e a turbulência causada pela alteração da estrutura económica global.

Como resultado da perspectiva associada a “*changing external conditions*”, e da convicção que as políticas regionais eram insuficientes ou desadequadas, a mobilização de recursos endógenos regionais e o incentivo à inovação regional ganharam preponderância (Henriques, 2006:229).

De acordo com Henriques (2006, 2007) a falta de iniciativa organizacional está associada a fenómenos de 'desintegração regional' que concorrem para a desestruturação económica e socioinstitucional das comunidades locais. A interdependência entre os diferentes aspetos subjacentes à inibição da iniciativa local na resposta à “desintegração local” já foi designada como “subdesenvolvimento local”

Esta perspetiva associada ao conceito de *changing external conditions* vem fazer com que *todas* as regiões passem a ser vistas como merecedoras de atenção. Esta atenção dá origem a uma aproximação baseada na capacidade organizacional das regiões em causa.

Assim, a constituição de entidades com capacidade de iniciativa e organização para a autossustentação de ação visando a animação territorial passa a poder constituir objeto de ação pública. (Henriques, 2009: 194) De acordo com o mesmo autor atuar para a superação de processos de “*desintegração local*” depende da forma como possam ser contrariados os processos que concorrem para a *não-emergência* de capacidade de iniciativa e organização de base territorial, passando a *animação territorial* a ser objeto da ação.

De acordo com Henriques (2006) assumiu-se que o desenvolvimento de cada região dependia da iniciativa e capacidade organizacional que evidenciava, bem como da capacidade de gerir os seus próprios recursos (recursos endógenos), como forma de contribuir para a integração territorial dos diferentes domínios de ação.

O interesse pelo desenvolvimento local é evidenciado, tanto pela sua afirmação no domínio científico (patente nas reflexões propostas por John Friedmann, Walter Sthor, Clyde Weaver, entre outros), como pelo reconhecimento a nível político e institucional, evidenciado pela pertinência que lhe é atribuída a nível mundial, Banco Mundial, organismos da ONU (ex. FAO - Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado) e a nível europeu a partir das Cimeiras Europeias de Corfu (1992) e de Essen (1994) e enfatizada no relatório Desenvolvimento Local e Criação de Emprego (1995).

Neste sentido, a partir de finais dos anos 70 começa a afirmar-se o conceito de desenvolvimento local, que Roque Amaro define como sendo “um processo de satisfação das necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas” .

A contribuição potencial do desenvolvimento local para a inovação e competitividade, para o emprego e coesão social, ou para a sustentabilidade ambiental tem vindo a despertar um interesse crescente. (Henriques,2007:147)

Roque Amaro (2009:111) apontou 10 atributos ao desenvolvimento local:

- a. processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
- b. centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação (coletiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino;
- c. que tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer;
- d. a partir essencialmente da mobilização das capacidades locais;
- e. o que implica a aplicação de metodologias participativas e de “empowerment” da comunidade local (do ponto de vista individual e coletivo);
- f. contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos;
- g. numa perspetiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas;
- h. o que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários atores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;
- i. com impacto tendencial em toda a comunidade;
- j. e segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.

Grefe, citado por Henriques, J.M. (1990:29), define o conceito de desenvolvimento local “como um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias. Será o produto do esforço das suas populações e pressuporá a existência de um projeto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade ativa”

Estas conceções de desenvolvimento apelam a um maior envolvimento das comunidades locais, assumindo assim a participação um papel fundamental na resolução de problemas e definição de metas. Neste contexto, de acordo com Friedmann (1996) o empowerment assume-se como um “*processo fundamental para um desenvolvimento alternativo*”, centrado no “*povo e no seu ambiente*” baseado “*nos espaços de vida da sociedade civil*”

Os conceitos do empowerment e de participação tornam-se protagonistas nos programas de luta contra a pobreza e a exclusão social, são reconhecidos tanto a nível académico, como institucional.

Neste sentido, as organizações que trabalham neste domínio, nomeadamente as ONG's e organismos das Nações Unidas, desenvolveram metodologias que reforçam esta *lógica participativa*. A participação é uma das pedras basilares na maioria dos programas da União Europeia e dos países membros, é, ao mesmo tempo, um objetivo e até um valor, uma orientação estratégica e um instrumento. Existem diversas estratégias que permitem “ativar a participação” (reprodutivas, paliativas, emancipatórias e preventivas) e diversos tipos de participação: informativa, consultiva e de codecisão. (Estivill, 2006:22)

A temática da participação, surge de forma mais explícita, com o conceito de desenvolvimento participativo, que coloca a tónica na “adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a conceção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres.” (Amaro, 2003:57)

Manuela Silva (1969:483) defende que a necessidade de fazer intervir todos os cidadãos num processo que a todos interessa, porque a todos respeita, e a todos, em última análise, afeta, traz à política social uma dimensão nova, que é a de tornar possível aquela participação, a todos os níveis da população. Para efetivar a participação é necessário definir estratégias adequadas que incluem, nomeadamente, disponibilizar meios de informação e comunicação, identificar e formar elementos com capacidade de liderança, estratégias de aproximação entre a administração, serviços e população que favoreçam a convergência de esforços.

Conforme Manuela Silva (1983:27) citada por Henriques (1990:33) a participação das “comunidades locais” no processo de desenvolvimento vem sendo defendida como condição para a concretização de um “estilo” alternativo de desenvolvimento.

A participação corresponde a um direito, ao exercício de uma cidadania ativa, não é possível conceber a existência de projetos de desenvolvimento e de programas de combate à pobreza e exclusão social em que os visados não sejam parte ativa na construção do seu futuro. Roque Amaro (1993:18) defende que para que os impactos das iniciativas de desenvolvimento local se sintam em toda a comunidade, os projetos não devem ser apenas fruto de reflexão teórica, devem ser cruzados com os testemunhos da população local e com o conhecimento da realidade, visto que o próprio local é, em si mesmo, um processo em construção.

Como refere Isabel Guerra *“A participação dos atores económicos e sociais nas políticas de desenvolvimento advém de uma certa conceção de gestão da esfera pública que apela à participação dos atores no reconhecimento de que cada projeto de mudança social engendra energias positivas para a mudança nos atores envolvidos.”* (2006:16)

Ao nível do associativismo, a participação pode assumir diferentes naturezas, que vão desde uma participação mais passiva, nos casos em que o associado se limita a aderir e a contribuir através do pagamento das suas quotas, à participação ativa, quando o associado contribui adicionalmente com a disponibilização de tempo para participar ativamente na gestão e vida da associação. Ainda na esfera da participação associativa devem ser considerados aqueles que, não sendo associados, contribuem de forma esporádica através de donativos ou da colaboração nas atividades desenvolvidas pela instituição. (Monteiro, 2004:165)

Nesta abordagem a ênfase é colocada na autonomia das tomadas de decisão de comunidades territorialmente organizadas, na auto-dependência local (mas não na autarcia), na democracia direta (participativa) e na aprendizagem social pela experiência. (Friedmann, 1996:xi)

2.1.2 A “fileira ambiental”

As sociedades contemporâneas ainda seguem modelos de crescimento baseados na industrialização e no aumento contínuo da produção de bens e serviços, entendido e praticado como meio de atingir melhor qualidade de vida e maior desenvolvimento social e económico.

Este paradigma de crescimento e a competição entre países e regiões a que naturalmente conduz, tem grandes implicações a nível do ambiente e da sustentabilidade do desenvolvimento.

As preocupações ambientais são recentes. Começaram a surgir apenas na segunda metade do século XIX. Foi-se desenvolvendo uma consciência e uma intervenção crescentes a nível global, pois a problemática ambiental tem características universais porque todos somos afetados por ela, quer vivamos nas grandes metrópoles, quer nas zonas mais periféricas.

Existem vários discursos ambientais para antecipar e prevenir os problemas que o desenvolvimento humano acarreta para o ambiente. Drysek, citado por Filipe Duarte Santos (2007:248) na conferência subordinada ao tema Sustentabilidade, Cultura e Evolução, proferida em 2007 na Fundação Calouste Gulbenkian, definiu discurso ambiental como «uma forma coerente de interpretar o mundo e os seus problemas ambientais e de os procurar

resolver». Os discursos ambientais apresentam uma «enorme diversidade de expressão e de conteúdo: é diferente o discurso de um economista ou de um biólogo».

Para interpretar a problemática ambiental há uma variedade enorme de discursos entre o discurso dos limites ou da sobrevivência apresentado pelo relatório do Clube de Roma «Limites do Crescimento» (Limits to Growth), publicado em 1972 e o discurso que se baseia na ideia de que os recursos não se esgotam, porque têm a propriedade de serem mutáveis.

O discurso dos limites, apresentado pelo relatório do Clube de Roma apontava para a necessidade de controlar o crescimento populacional e a industrialização e de resolver do problema da insuficiência alimentar e do esgotamento dos recursos naturais. A manutenção da situação conduziria ao esgotamento dos recursos e por fim ao colapso.

O discurso baseado na ideia de que os recursos são inesgotáveis, designado Prometeano, porque, simbolicamente, podemos fazer a analogia entre este discurso e a cena mitológica grega em que Prometeu rouba o fogo a Zeus para o entregar aos homens dando-lhes assim a capacidade ilimitada de progresso, opõe-se ao discurso dos limites e é defendido sobretudo por economistas. (Santos, 2007:250).

Na década de 1970, para além da polémica entre os discursos dos limites e das capacidades ilimitadas, desenvolveu-se a dialética entre os problemas dos países em desenvolvimento e os problemas ambientais. Os problemas da fome, pobreza, doença e carência de água potável, saneamento, energia, característicos de grande parte dos países em desenvolvimento, tornam evidentes os conflitos de interesses entre desenvolvimento e agenda ambiental. (Santos, 2007:252)

Em 1972 realizou-se em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente. Foi a primeira grande reunião internacional para a discussão de problemas ambientais. Nela se opuseram, para referir de forma sintética o desenrolar da Conferência, duas ideias fundamentais: as conclusões do Relatório do Clube de Roma e o documento das Nações Unidas para a Conferência: «Only one earth: the care and maintenance of a small planet».

Fundamentalmente os debates desenvolveram-se em torno de dois pontos: a necessidade do controlo populacional e a necessidade de reduzir o crescimento económico como forma de diminuir a poluição (a proposta do Crescimento Zero).

Nesta Conferência é declarado que a proteção e melhoramento do meio humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e desenvolvimento económico do

mundo inteiro (Tamames, 1983:261) e onde são expressos um conjunto de princípios, entre os quais destaco o princípio segundo o qual, os recursos naturais da Terra, incluindo o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente as reservas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras através de uma cuidadosa planificação (princípio 2) e a convicção de que o desenvolvimento económico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente propício à vida e ao trabalho e criar na terra as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida (princípio 8).

Logo em 1974, numa Conferência ecuménica organizada pelo Conselho Mundial das Igrejas (CTDH, 1974) - Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Humano – sobre «Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Humano» surge pela primeira vez o conceito de «sociedade sustentável», baseado na ideia de equidade na distribuição de recursos e na sustentabilidade do acesso a esses recursos e na forma democrática de participação nos processos de tomada de decisão. (Santos, 2007:252)

Em 1983, com a criação da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Brundtland, primeira-ministra Norueguesa, operacionaliza-se o conceito de «desenvolvimento sustentável», definido no texto do Relatório Brundtland – Our Common Future – como «o desenvolvimento que assegura as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras assegurarem as suas». (WCED,1987)

O relatório da Comissão, publicado em 1987 chamou a atenção para o acentuar de «questões críticas de sobrevivência» que têm a ver com a pobreza com a pressão demográfica e o desenvolvimento que dão origem a «pressões não igualadas no passado sobre os solos, recursos hídricos, florestas e outros recursos planetários especialmente nos países em desenvolvimento» (WCED,1987).

O discurso do desenvolvimento sustentável reconhece limites ecológicos para o crescimento, mas defende que é possível compaginá-los com o crescimento económico que pode continuar indefinidamente por meio de políticas e medidas adequadas, que respeitem um espaço coletivo de integração e coordenação das políticas sociais e ambientais. É um discurso inovador pela forma como integra as questões ambientais sociais e económicas, mas tem sido difícil colher efeitos práticos – passados cerca de trinta anos os resultados alcançados pelo discurso do desenvolvimento sustentado são muito limitados.

2.1.3 A “fileira dos direitos humanos e da dignidade humana”

Os Direitos humanos, em todas as suas dimensões, desde as políticas às económicas, mas sobretudo às sociais, são uma componente fundamental do Património Imaterial da Humanidade de que a UNESCO se ocupa com notável empenho, reforçado pela crise mundial com que nos debatemos atualmente. (Moreira, 2011:107). Contudo, basta acompanhar os Relatórios do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e as situações de miséria que eles denunciam, para verificar o quanto se está longe de que os direitos humanos possam ser efetiva e universalmente garantidos.

No primeiro relatório do PNUD, em 1990, surge o conceito de desenvolvimento humano. É definido como objetivo básico do desenvolvimento a criação de «um ambiente propício a que os seres humanos gozem de uma vida prolongada, saudável e criativa» (PNUD, 1990:31).

Este relatório enfatizou a necessidade de pôr as pessoas – as suas necessidades, as suas aspirações e as suas capacidades - no centro do esforço de desenvolvimento, e introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice combina informação relativa à saúde (esperança de vida), educação (taxa de alfabetização) e rendimento (PIB per capita).

De acordo com esta nova visão do desenvolvimento a verdadeira riqueza das nações são as pessoas, e o desenvolvimento humano surge como um processo de alargamento das escolhas. Para alargar essas escolhas é essencial criar capacidades. As capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são: ter uma vida longa e saudável, ser instruído e ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno. Outras capacidades, muito valorizadas incluem a liberdade política, económica e social, a possibilidade de ser criativo e produtivo, a garantia dos direitos humanos e o respeito por si mesmo.

Usando uma expressão de Adriano Moreira poderemos sintetizar falando «*da garantia de realização de um projeto de vida equilibrado e pessoal*» (2000:281). Tendo em conta este critério, a avaliação do estado do desenvolvimento humano feita no Relatório de 1998 conduz à necessidade da definição de um outro conceito: o Índice de Pobreza Humana (IPH), que revela a percentagem de pessoas que em cada ano se espera que tenham uma esperança de vida inferior a quarenta anos, a percentagem de seres humanos que não têm acesso a água potável e a serviços de saúde, qual a percentagem de analfabetismo, e crianças com menos de cinco anos com insuficiência de peso. Relacionando o índice de desenvolvimento com o

índice de pobreza não podemos deixar de pensar que se torna necessário racionalizar os padrões de consumo e procurar uma maior equidade.

Por último, o conceito de **desenvolvimento integrado**, que não se enquadra em nenhuma fileira em particular, é transversal às três, é entendido como “o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação ação; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão; etc.,” (Amaro 2003:59)

2.2 Articulação territorial do desenvolvimento

Analisar o desenvolvimento de uma região e o papel que a “comunidade local” tem no processo de desenvolvimento, implica perceber como é que esse desenvolvimento é alcançado e quais os princípios subjacentes à definição de estratégias de desenvolvimento.

As conceções de desenvolvimento regional são marcadas pela existência de dois paradigmas distintos: o “paradigma funcionalista” assente em pressupostos de “difusão espacial do desenvolvimento” e o “paradigma territorialista” assente em processos de “integração territorial do desenvolvimento”.

2.2.1 Paradigma Funcionalista

O paradigma funcionalista baseia-se no princípio de que as diferenças entre regiões poderão ser atenuadas em resultado da transmissão do crescimento por um processo de difusão espacial. Os fundamentos teóricos deste paradigma assentam na teoria neoclássica, fortemente marcada pelo “economicismo”, na teoria dos pólos e na teoria do centro-periferia.

A teoria dos pólos (Perroux) baseia-se na constatação de que o crescimento “não aparece em todo o lado ao mesmo tempo e com a mesma intensidade”, existem “pontos” onde o crescimento tende a concentrar-se, “parte do princípio que os efeitos de dispersão que irradiam de “pontos” espacialmente localizados transmitem impulsos de crescimento a outros “pontos” – efeitos de dispersão – que podem ultrapassar os efeitos de polarização, isto é, a reabsorção dos efeitos de dispersão pelo próprio ponto “ (Lopes, 1995: 294-295).

A teoria de “centro-periferia” de Friedmann (1996), apresentada por Simões Lopes, enquadra-se “num processo em que a economia, evoluindo para a industrialização, regista transformações espaciais profundas; estas vêm agravar os desequilíbrios, porque a tendência para a industrialização conduz à concentração do investimento em número reduzido de áreas, originando e incrementando uma estrutura do tipo dualista; a um centro com crescimento intensivo e rápido opõe-se uma periferia cuja economia se encontra relacionada com a do centro de forma imperfeita apresentando-se em estagnação ou mesmo declínio ainda que relativos.” (Lopes, 1995: 296)

Na conceção de desenvolvimento subjacente a este paradigma salienta-se o facto do mesmo ser entendido como o processo de “evolução de um sistema produtivo que se torna mais eficiente através da acumulação de capital do progresso tecnológico, que permite, uma maior satisfação de necessidades humanas materiais”. (Furtado C., 1979, p.142 citado por Henriques, 1990:38-39)

De acordo com Henriques (Henriques, 1990:38) o paradigma funcionalista orienta-se essencialmente para os grandes projetos de investimento, para o aumento constante da escala das organizações públicas e privadas de modo a permitir a transmissão do desenvolvimento, para mecanismos redistributivos de grande escala e para redução das barreiras económicas, sociais, culturais, políticas e institucionais que possam bloquear a transmissão dos efeitos entre as diferentes unidades.

Nesta perspetiva, os objetivos e as estratégias de desenvolvimento visam essencialmente a maximização do crescimento económico. As estratégias de desenvolvimento privilegiam a acumulação de capital e são centradas num modelo fortemente marcado pela industrialização, por oposição à valorização do sector “tradicional”. Os instrumentos utilizados para promover o desenvolvimento das regiões periféricas, consubstanciam-se, entre outros, na atribuição de incentivos às empresas para se fixarem nas regiões periféricas, investimento público em redes de transportes e de comunicações inter-regionais, investimento público na criação de complexos industriais, criando novos pólos de crescimento. O estado desempenha um papel central.

2.2.2 Paradigma territorialista

Nos anos 60 começam a surgir as primeiras críticas ao paradigma funcionalista, e ao conceito de desenvolvimento que estava subjacente ao mesmo. Para tal contribuíram vários fatores, entre os quais se destacam:

- A constatação de que afinal as políticas de desenvolvimento seguidas, em vez de contribuírem para beneficiar as regiões menos desenvolvidas e para a harmonização do nível de desenvolvimento das regiões, conduziram ao aumento dos desequilíbrios. Como refere Simão Lopes (1995:375) a intensificação das tendências aglomerativas favorece as regiões com pólos de desenvolvimento (Perroux); e isto porque há forças que desencadeiam desequilíbrios cumulativos, sejam os seus efeitos chamados “backwash effects” por oposição a “spread effects” (Myrdall) ou “polarisation effects” por oposição a “trickle down effects” (Hirschman).
- Os benefícios do “crescimento”, entendido como sinónimo de desenvolvimento, não beneficiaram todos de igual forma, sendo que uma vasta parte da população vive em condições de extrema carência.

No final da década de 70, as estratégias endógenas de desenvolvimento regional começaram a ganhar força. Os fracos resultados obtidos através das políticas em vigor na altura evidenciaram a necessidade da adoção de medidas mais eficazes. Esta necessidade conduziu a uma considerável pesquisa e investigação neste âmbito.

O paradigma “territorialista” pressupõe que “o desenvolvimento deverá ser determinado pela população enraizada em determinado território com base na mobilização integral de todos os recursos naturais, humanos e institucionais para a satisfação prioritária das suas necessidades básicas” (Henriques, 1990:54), permitindo assim uma melhoria nas condições de vida de qualquer população.

O objetivo fundamental do desenvolvimento consiste na satisfação efetiva das necessidades básicas de toda a população de uma unidade territorial através de um uso integral dos seus próprios recursos. A integração dos recursos territoriais disponíveis e a mobilização das estruturas sociais e políticas organizadas numa base territorial constituirão a base para que, “de baixo para cima”, possam ser desencadeados mais endogenamente impulsos para o desenvolvimento”. (Henriques, 1990:59-60)

As estratégias propostas por Stohr, assentam num conceito de desenvolvimento regional integral. Na sua conceção, o desenvolvimento integral e auto-sustentado só se realizará quando operarem os determinantes “internos” da região, os “externos” e os mecanismos associados ao sistema urbano. (Lopes, 1995: 297)

A sua proposta assenta nos seguintes princípios:

- a) Reforço do princípio da participação da população das diferentes unidades territoriais nas decisões político-administrativas que interferem decisivamente no processo de desenvolvimento visando o reforço da autoconfiança da população;
- b) Promoção da identidade cultural;
- c) Prioridade à mobilização de recursos regionais;
- d) Prioridade à diversificação sectorial e funcional (reforça a capacidade de resistência aos impactos negativos provenientes do exterior);
- e) Promoção de soluções tecnológicas diferenciadas (tendo como objetivo a maior criação de emprego e mais integral utilização de recursos energéticos);
- f) Promoção de mecanismos territoriais de auto-regulação e adaptação;
- g) Igualização de termos de troca e das condições de acumulação entre as áreas “centrais” e “periféricas”. (Henriques, 1990:59-60).

Nesta perspetiva, o desenvolvimento é alcançado com base nas potencialidades e recursos da própria região. Os objetivos e as estratégias de desenvolvimentos visam essencialmente a mobilização integral dos recursos endógenos. As estratégias de desenvolvimento privilegiam o reforço da participação da população, valorizam os recursos locais, são orientadas para atividades de pequena escala e com capacidade de criação emprego. O processo de decisão e desenvolvimento não é centralizado, o leque de atores é mais diversificado, assumindo os atores locais um papel preponderante.

No quadro deste paradigma o papel da capacidade de iniciativa e organização das comunidades locais assume particular relevância, como condição para o desenvolvimento. Como refere Henriques, ela torna-se imprescindível à mobilização do potencial endógeno ao conjunto das comunidades locais tendo em vista o esforço coletivo de mobilização integral dos recursos para a eficiência económica e para a inclusão social. (Henriques, 2010:27)

Neste contexto, a animação territorial assume-se como um instrumento privilegiado na procura de respostas aos problemas de base territorial, através da mobilização e capacitação das pessoas e organizações para a ação coletiva organizada e sustentada.

Esta mudança paradigmática introduz uma abordagem territorializada de “outro” desenvolvimento, e traz consigo uma perspetiva multidimensional, em que são contemplados não só os aspetos económicos, mas também os aspetos ambientais, culturais e sociais.

Neste contexto de mudança, nos anos 80, o desenvolvimento local, afirmou-se tanto no âmbito académico, como do ponto de vista institucional, sendo de destacar o Programa de “Iniciativas Locais de Emprego”, bem como as propostas dos programas de combate à pobreza e exclusão social promovidos pela Comunidade Europeia.

Como refere Henriques (1992) a vitalidade das relações sociais é vital para o desenvolvimento local. Para Greffe (1995) os processos de desenvolvimento local podem transformar espaços de contiguidade física em espaços de solidariedade ativa (Henriques, 1992:90) e requererão o desenvolvimento ativo da comunidade local, a “autodeterminação seletiva” e a utilização de recursos locais em função de critérios orientados pela procura de “vantagens regionais estratégicas” e não exclusivamente de vantagens comparativas. (Weaver, C., 1988)

De acordo com Henriques (1992:90), a “autodeterminação seletiva” e as “vantagens regionais estratégicas” são expressões que se referem a questões cruciais da estratégia de desenvolvimento regional “endógeno”.

O conceito de “autodeterminação seletiva” resume-se no objetivo de procurar satisfazer as necessidades básicas das populações e de uma região recorrendo por todos os meios à mobilização integral de todos os recursos disponíveis. As “vantagens regionais estratégicas” pressupõem que a exportação regional deverá ser fortemente restringida e de que se deve orientar exclusivamente para as situações em que a região goze de uma posição negocial favorável (Henriques, 1992:96).

2.3 Economia Social e Solidária

Os movimentos sociais dos anos 70 e 80 do século passado, fortemente marcados pelo neoliberalismo, e os anos 90 com condições económicas muito mais precárias do que os modelos dos «estados sociais» levaram ao ressurgir do associativismo com novos nomes: economia social, economia solidária, novo cooperativismo, sócio-economia solidária.

Os conceitos de economia social e de economia solidária e as diferentes perspetivas que lhe estão associadas, tornam-nos conceitos *ambíguos* (Henriques, 2010:93) e dificultam a delimitação das suas fronteiras, sendo por isso considerados por alguns autores, em certos contextos, expressões sinónimas (Namorado, 2009:66).

De acordo com Henriques, as noções de economia social ou de economia solidária inscrevem-se num movimento alargado de reconstrução do pensamento económico e de construção de ‘outra economia’ como resposta às reconhecidas insuficiências do paradigma dominante da ciência económica. (Henriques, 2010:94)

Para os contextualizar será necessário refletir sobre o enquadramento histórico em que estes conceitos surgiram e se afirmaram.

A Economia Social remonta ao século XIX, emerge na Europa, associada à “questão social”, que surge na sequência da revolução industrial e da revolução francesa.

A revolução industrial, iniciada no Reino Unido, a partir da segunda metade do século XVIII, com aparecimento da máquina a vapor e com a introdução da maquinaria nos processos de produção, conduziram a profundas alterações da lógica de produção. Isso originou alterações na divisão e nas relações de trabalho (o artesão e pequeno agricultor deram lugar ao operário), na demografia (a população urbana cresceu em detrimento da população rural) e refletiu-se na ocupação do território e no urbanismo (crescimento acelerado das cidades).

Tudo isto conduziu a uma série de novos problemas sociais: problemas associados à falta de regulamentação laboral e às más condições de trabalho; problemas associados à alteração do papel da família; problemas associados à degradação das condições de vida na cidade - crescimento de bairros com má qualidade de construção, infraestruturas de higiene pública e iluminação insuficientes, desorganização, proliferação de situações de fome, miséria e insegurança.

É neste contexto, numa época anterior ao aparecimento do Estado de Providência, que surge a economia social ligada à necessidade de dar resposta aos novos problemas, contemplando os valores que a Revolução francesa tinha proclamado "Liberdade, Igualdade e Fraternidade"

Numa definição sumária, de Jacques Defourny (2009:156) a economia social é entendida como o conjunto de *“atividades económicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia económica associada à utilidade social”*.

De acordo com a proposta de Defourny (2009:157-158) a economia social pode ser descrita de duas formas: por um lado, através de um conjunto de formas jurídicas ou institucionais das iniciativas que nela se enquadram, a saber: cooperativas, mutualidades, organizações associativas e fundações, e por outro lado, em função dos traços comuns das empresas e organizações que ela agrupa: finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; autonomia de gestão; controle democrático pelos membros; e primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes. Uma das experiências de referência no quadro da economia social, ocorreu em 1844 quando um grupo de tecelões fundou a Rochdale Pioneers Society, que viria a ser considerada um modelo de cooperativismo.

A Economia Solidária surge no final do século XX, como forma de resposta a problemas que derivam de um conjunto questões que se colocam: demográficas, pobreza e exclusão social, saúde, ambientais, culturais, territoriais, sociedade do conhecimento, tecnológicas, económicas, financeiras e políticas. O aumento da importância da economia solidária deve-se em grande parte à complexidade da situação atual e à necessidade de articular as várias dimensões dos problemas que se levantam atualmente, o que implica uma resposta inovadora.

Como refere Singer (2006), citado por Amaro (2009:17) a economia solidária *“é uma resposta ao estrangulamento da economia e à liberalização do movimento de capitais, que provocam por todo lado o desemprego em massa, as falências em cadeia, a marginalização crescente dos desempregados de longa duração e daqueles que não têm possibilidade de reencontrar um emprego por causa da sua idade, da sua falta de qualificação ou de experiência profissional, da sua pertença étnica, do seu sexo, etc.”*

A economia solidária, e as práticas que lhe estão associadas, deram origem a *“uma pluralidade de iniciativas que se reconhecem como economia solidária, pela defesa de valores comuns (autogestionários/participativos e solidários) e pela contestação às formas de*

relação típicas do capitalismo” (Cruz e Santos, 2011:62). *“Graças a todas elas sabemos que existem outras formas de produzir, consumir e financiar-se diferentes das capitalistas, e regidas por lógicas solidárias”* (Laville e Jané, 2009:16).

O conceito tem vindo a conhecer uma expressão crescente, tanto a nível académico, como político e institucional. Como referem Laville e Gaiger (2009:162) *“a economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com aceções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado.”*

Das várias aceções de economia solidária, destacam-se três versões: a versão francófona, ligada a autores de língua francesa, tais como, Jean Louis-Laville (França), Louis Favreau (Canadá), Jacques Defourny (Bélgica); a versão Ibero-americana ligada a autores provenientes da América Latina de que se destacam Paul Singer, António Cattani, Genauto França Filho (Brasil), Luís Coraggio (Argentina), Pedro Hespanha (Portugal), Luís Inácio Gaiger; e a Versão da Macaronésia que congrega as experiências das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, Canárias, Cabo Verde, que compõem a região da Macaronésia e de São Tomé e Príncipe.

Na versão Francófona, uma versão com uma base essencialmente ligada à economia social, é privilegiado o projeto económico e social. Nesta versão, para alguns autores, a economia solidária é encarada como uma renovação da economia social. Anne Marie Bureth (2004:24) sustenta que a *“Economia Solidária pode ser aprendida como uma nova forma de economia de economia social, como um sector específico, como uma economia alternativa ou ainda como um novo modo de desenvolvimento local”* (Namorado, 2009:66).

Também Gaiger partilha desta ideia quando afirma que, *a economia social renovada [economia solidária] passou a exercer um papel substitutivo dos arranjos precedentes no tocante ao mercado (criação de emprego, crescimento económico) e ao Estado (redistribuição e regulação)* por oposição a um papel subsidiário que a velha economia social adquiriu à medida que o mercado e o Estado foram assumindo as suas funções de geração de riqueza e de assistência social (Gaiger, 2009: 83). Para Portela *“a economia solidária seria uma luta renovada contra o capitalismo de última geração e a favor da abolição das relações sociais desumanas que ele inflama e sustenta”* (Portela, 2009: 117).

Na perspectiva de Laville a economia solidária é definida como “o conjunto das atividades económicas sujeitas à vontade de uma ação democrática em que as relações sociais de solidariedade têm o primado em relação ao interesse individual e ao lucro material; contribui assim para a democratização da economia, a partir do envolvimento de cidadania”

Na versão ibero-americana, o conceito foi construído com a colaboração de universidades, organizações não-governamentais, trabalhadores de organizações de economia social e solidária e advém da incorporação de uma série de experiências práticas, que resultaram de movimentos de base comunitária associados à resistência dos trabalhadores aos processos de deslocalização das empresas, das práticas associadas ao comércio justo, dos sistemas locais de troca (mercados solidários) e das experiências do orçamento participativo nascidas no Brasil.

“Na América Latina, a Economia Solidária, refere-se essencialmente ao conjunto de iniciativas, que a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho económico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. A solidariedade diz respeito à cooperação na atividade económica, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos” (Gaiger, 2009:85).

A relação entre prática e teoria está refletida na opinião de Paul Singer (2005) para quem “A economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a. Mas seus valores fundamentais precedem sua prática” (Gadotti, 2009)

O conceito da versão da Macaronésia nasce nos anos 80 nos Açores, em particular na ilha de São Miguel, a partir das iniciativas e experiências que visavam responder aos problemas sociais da comunidade, que se manifestavam na dificuldade da inserção de grupos de pessoas à margem da sociedade (famílias de pescadores pobres, indivíduos portadores de deficiência, repatriados). As dificuldades de inserção destas pessoas, e consequente exclusão, já eram sentidas mas tornaram-se mais visíveis com o aparecimento dos programas de luta contra a pobreza e exclusão de iniciativa comunitária, e das formas inovadoras que eles imprimiram. (Amaro 2004, 2009)

Esta versão parte de um conceito de economia integrado, que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica em todas as suas expressões e tomando em consideração, de forma integrada, as perspectivas económicas,

sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz.”
(Amaro, 2009:22)

De acordo com Amaro (2009: 22-24), o conceito assenta na realização conjugada de oito projetos:

1. Um projeto económico, traduzido na produção de bens e serviços, na criação de empregos, na satisfação de necessidades de consumo);
2. Um projeto social (visa contribuir para a coesão social, nomeadamente através da criação de emprego para pessoas excluídas, satisfação de necessidades de quem não pode recorrer ao mercado, promoção da igualdade de oportunidades);
3. Um projeto cultural (valorizar pela economia, as culturas, patrimónios, valores e identidades culturais);
4. Um projeto ambiental (conjugar economia com ecologia, promovendo o desenvolvimento sustentável);
5. Um projeto territorial (projeto de base territorial que contribui para o Desenvolvimento Local, por exemplo, através da contratação preferencial de pessoas da comunidade e do relacionamento privilegiado com fornecedores local);
6. Um projeto de gestão (incorporação na gestão da organizações de economia solidária a preocupação de uma gestão rigorosa e eficiente);
7. Um projeto de conhecimento (valorização das experiências, numa perspetiva indutiva, e incorporação da teoria nas práticas das organizações)
8. Um projeto político (visa promover a gestão democrática e reforçar o papel das organizações na resolução dos vários problemas que se colocam ao desenvolvimento)

Segundo Laville e Jané (2009) a economia solidária será sem dúvida m modelo económico capaz de superar tanto o totalitarismo dos mercados como o totalitarismo estatal. Modelo em torno do qual se abrirá o debate para provar que é possível conciliar gestão democrática com eficiência, e orientar essa eficiência para a satisfação de necessidades em vez de criação de lucro.

Segundo estes autores (2009) são quatro as razões por que muitas práticas deste sector poderiam constituir o embrião da futura economia pós-capitalista: as empresas funcionam de forma democrática, as desigualdades entre os seus membros tendem a reduzir-se ao mínimo,

são ecologicamente mais sustentáveis e produzem bens e serviços de forma tão ou mais eficaz do que as empresas capitalistas.

Os contributos da economia social e solidária abrem novas oportunidades para a reconfiguração dos atores, conforme refere Henriques (2010) tornam possível alargar perspectivas para a relação entre o estado e a sociedade valorizando a ação coletiva e o envolvimento diversificado de formas organizativas de qualidade solidária e democrática.

O grande desafio é o de recriar condições para um modelo de desenvolvimento económico alternativo que seja sustentável, no plano social e ambiental, atenuando parcialmente os efeitos excessivos que a economia de mercado provoca nas relações sociais, e capaz de contribuir para a eliminação dos problemas de exclusão social.

Pode dizer-se que, na senda da procura de alternativas económicas ao capitalismo, se encontram, nas práticas da economia solidária, potencialidades transformadoras que tornam este sector importante para a mudança social, pois tem como um dos seus objetivos a satisfação de necessidades humanas e não a maximização dos lucros materiais, atuando de forma democrática e sustentável.

Os princípios basilares da Economia Solidária são a prevalência do interesse comum sobre o interesse individual, o exercício da cidadania participativa, o rigor e a eficiência na gestão não para a obtenção do lucro, mas para a máxima satisfação das necessidades numa perspectiva de reciprocidade, redistribuição e mercado.

Além disso as organizações de economia solidária fomentam a cidadania ativa e criam laços comunitários – são espaços onde as pessoas aprendem a produzir, a consumir, a investir e a organizar-se de forma mais responsável.

As experiências de economia solidária que se verificam tanto a nível internacional, como nacional, regional ou mesmo local, levam-nos a refletir sobre a natureza dos vínculos sociais e das finalidades das trocas económicas levando-nos a concluir que um desafio importante é o de colocar a solidariedade como um fim da economia e não como um meio para corrigir os efeitos sociais adversos da economia de mercado.

2.3.1 Sociedade civil e associativismo

A importância que a sociedade civil adquire no contexto da economia social e da economia solidária, justifica a necessidade de refletir sobre este conceito.

Como ser gregário, o homem sempre se associou para produzir e consumir. Mas vamos considerar o desenvolvimento das associações num sentido mais restrito de organismos estruturados, a partir das reformas sociais defendidas por Robert Owen e toda uma geração de pensadores sociais da primeira metade do século XIX (Fourier, Saint-Simon e outros) como reação à pobreza e à miséria causadas pelo crescimento do capitalismo a partir das primeiras décadas do século XIX.

Para não recuarmos muito em busca da origem do conceito de sociedade civil que podemos encontrar já na Antiga Roma de Cícero, fiquemo-nos por John Locke, ou pelo iluminismo de Hume, ou por Adam Ferguson que em 1767 publicou a obra *An Essay on the History of Civil Society*.

Não é um conceito de definição linear, sendo possível apontar duas correntes opostas. Uma corrente está presente em Hegel e Marx, para quem a sociedade civil é uma entidade imperfeita, cuja expressão suprema é o Estado. Marx critica na sociedade civil a ordem burguesa, cujos valores de igualdade perante a lei e dos direitos humanos procurariam garantir a continuidade de uma ordem baseada na exploração do homem pelo Homem.

Outra visão têm, por exemplo John Locke e mais tarde Adam Ferguson e David Hume. Para estes o conceito de sociedade civil exprime a ideia de que as relações espontâneas entre os indivíduos têm ou devem ter prioridade sobre os Governos. Em comunidades políticas civilizadas as leis devem proteger a liberdade dos indivíduos e as suas relações (os seus contratos, as suas associações voluntárias, as suas trocas). (Espada, 1998:125)

O capitalismo industrial de meados do século XIX levou a que surgissem vários tipos de associações impulsionadas pelas classes populares como forma de se protegerem das dificuldades de vida que lhes eram criadas pelo florescimento do sistema capitalista. Essas associações, criadas em vários países europeus, revestiram a forma de sociedades de socorros mútuos, de cooperativas de consumo ou de produção ou de produção e consumo e outros tipos de associações, tendo evoluído para outras modalidades, como organismos de ação social, redes de intercâmbio, bancas éticas, etc.

Atualmente, a consolidação democrática e os esforços para o seu revigoramento reavivaram o interesse pelo conceito, uma vez que parece que um sistema político democrático e uma economia de mercado não são, só por si, suficientes para garantir regimes constitucionais pluralistas. É necessário que as pessoas se habituem a respeitar os contratos, a propriedade e os direitos dos outros; é necessária a existência de uma sociedade civil forte que garanta que a polícia, a autoridade e sobretudo os Governos respeitem os cidadãos. É necessária uma rede mais ou menos espontânea de instituições e hábitos sociais que produzam um relacionamento cívico, uma coabitação pacífica que não seja imposta por elementos exteriores.

“O associativismo económico e o cooperativismo estiveram sempre vinculados à contestação das relações capitalistas”, (Cruz e Santos, 2011:59). Quando o modelo do “welfare-state” de inspiração Keynesiana deu sinais de colapsar, o neoliberalismo atacou ferozmente o associativismo. “A primazia do indivíduo sobre os coletivos e do mercado sobre o Estado parecia colocar em questão a razoabilidade de qualquer resquício de associativismo económico.” (Cruz e Santos, 2011:61)

A crise do estado de providência e o agravar dos problemas sociais a que é necessário acudir levou a uma progressiva alteração dos atores que trabalham em prol da erradicação da pobreza e exclusão social. Neste contexto, a denominada sociedade civil assumiu um papel cada vez mais interventivo, fornecendo serviços relevantes para as comunidades, muitas das vezes em substituição do estado, em diversos domínios, tais como: educação, saúde, cultura, serviços sociais, habitação, defesa de património e ambiente.

Nas últimas décadas têm surgido muitas associações de produção, comercialização, consumo, crédito e prestação de serviços, como resposta ao agravamento da precarização das condições de sobrevivência dos trabalhadores, e também da interiorização pelas populações de valores sociais como participação, democracia, igualdade, solidariedade.

Para Ralf Dahrendorf (1992,1993) a sociedade civil tem um papel insubstituível na defesa da liberdade através da enorme variedade de associações independentes com múltiplas finalidades desde empresas a igrejas, associações de auxílio, instituições educativas, jornais, clubes. Também Ernest Gellner, citado por Espada (1998:129), defendeu que a sociedade civil, como complexa estrutura de instituições que combinam um poder soberano forte e um elevado nível de liberdade social e independência, é um elemento decisivo nas sociedades democráticas.

Em Portugal, a sociedade civil ganhou peso e importância nas últimas três décadas, sendo a revolução de 1974 um marco nesta evolução, pondo fim ao forte controlo à participação pública e levando à criação de inúmeras organizações.

A importância deste sector pode ser aferida pelo número de trabalhadores que envolve: dados apurados pelo estudo comparativo do Sector Não Lucrativo, a nível internacional, organizado pela Universidade John Hopkins referentes a Portugal, estimam que esse número atinge quase um quarto de milhão de equivalentes a tempo inteiro, dos quais 70% em posições remuneradas e os restantes como voluntários.

De acordo com o mesmo estudo uma organização pertence ao sector da sociedade civil se cumprir os seguintes requisitos:

- Estrutura formalmente organizada - têm alguma estrutura e regularidade nas suas atividades, o que se reflete através de reuniões regulares, existência de membros, e alguma estrutura de procedimentos de tomada de decisões que os participantes reconhecem como legítimas, quer sejam ou não formalmente constituídas ou legalmente registadas.
- Privadas - são institucionalmente separadas do governo, embora possam receber deste apoio financeiro.
- Não distribuidoras de lucro – as organizações podem gerar lucros desde que os mesmos sejam reinvestidos na persecução dos seus objetivos.
- Autogovernadas - têm os seus próprios mecanismos de governação interna, estão aptas a cessar a sua atividade e a controlar todas as suas atividades.
- Voluntárias – ser membro, participar ou contribuir não é exigido por lei, nem uma condição de cidadania, determinada por nascença, ou de outra forma coagida.

Tal como é afirmado pela Comissão Europeia (1997) as associações, embora na sua maioria, individualmente muito pequenas, gerem no seu conjunto ativos consideráveis, e mobilizam amplos recursos humanos, quer assalariados, quer voluntários, fomentando o sentido de solidariedade e cidadania.

Jean Louis Laville (1996:22) citado por Monteiro (2004:107), considera a forma associativa, privilegiada, porque menos tocada pela institucionalização, como a base de uma outra forma de economia social, a “economia solidária” retomando daquela os princípios originais da democratização, da sociedade civil, de extensão e proteção dos espaços de liberdade, de

reanimação de formas de solidariedade através da prestação de atividades necessárias a certos grupos sociais mas não cobertos pelo sector privado ou público.

Segundo Alcides Monteiro *“as solidariedades de proximidade que estão na base de uma economia não monetária – protagonizadas por estruturas de configuração associativa segundo princípios de reciprocidade que se concentram no valor do dom e da solidariedade e que aproximam prestadores e usuários – abrem caminho a uma outra conceção sobre a recriação dos laços sociais e de formas de coesão social, sustentadas não apenas em relações económicas (de mercado) mas igualmente por relações sociais e políticas que decorrem da negociação coletiva num espaço público”*. (Monteiro, 2004: 99)

O associativismo pelo seu carácter estruturado e princípios que o norteiam: liberdade, democracia e solidariedade, traduz-se numa forma importante de dar voz aos indivíduos que dele fazem parte e encetar esforços no sentido de resolver problemas comuns.

2.3.2 Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local

A definição de desenvolvimento local incorpora atributos que se enquadram com a perspetiva que o conceito de economia solidária tem enquanto projeto alternativo.

Os conceitos de desenvolvimento local e de economia solidária podem ser vistos de um mesmo prisma, de acordo com Namorado (2009:73) *os processos de desenvolvimento local precisam da economia solidária para ganharem consistência e humanidade, e a economia solidária tem nos processos de desenvolvimento local um dos contextos mais potenciadores das suas virtualidades quer imediatas, quer estratégicas*.

Na perspetiva deste autor *o desenvolvimento local impregnado pela economia solidária pode deixar de ser apenas um processo de requalificação de regiões deprimidas, para passar a ser também um ponto de partida consistente de uma verdadeira renovação social*. (op. cit:73)

A economia solidária tem vocação para responder com celeridade a estímulos próximos. O seu enraizamento territorial faz dela um dos parceiros mais críveis nos processos de desenvolvimento local. (op. cit: 77)

No âmbito da economia solidária, o associativismo constitui uma manifestação de responsabilidade e vontade dos indivíduos na procura de respostas às suas necessidades e é simultaneamente um fator de desenvolvimento humano e de promoção da coesão social, para além de um instrumento de criação de riqueza e emprego.

3. Metodologia

A metodologia da investigação assenta essencialmente na recolha e análise de fontes diversificadas e na realização de entrevistas com observadores privilegiados, nomeadamente com o diretor do Projeto Mundo Rural em Transformação, Padre José Antunes Vaz e com representantes das associações locais.

Numa primeira fase procurou-se recolher elementos que permitissem retratar o concelho através da consulta de dados estatísticos no site do INE e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) - no separador estatísticas da região e da recolha de documentos junto da Câmara Municipal de Almeida.

A caracterização do Projeto Mundo Rural em Transformação foi feita com base nos relatórios e publicações elaboradas no âmbito do mesmo e na entrevista exploratória realizada com o diretor do Projeto Mundo Rural em Transformação, Padre José Antunes Vaz.

Com base na informação relativa às associações do concelho disponibilizada pela Câmara Municipal de Almeida, nomeadamente no documento do Diagnóstico Social, foram identificadas 15 associações de solidariedade social que atuam no domínio social e oferecem serviços destinados à população idosa:

- Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social de Ade;
- Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira;
- Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião;
- Centro Social Recreativo e Cultural de Castelo Bom;
- Comissão de Melhoramento da Freineda;
- Associação Desportiva, Cultural e Social de Leomil;
- Associação para o Desenvolvimento e Acção Social de Malpartida;
- Associação Desportiva, Cultural e Social de Mido;
- Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense;
- Associação Social, Cultural e Recreativa de Monteperobolso;
- Associação Cultural, Recreativa e Social de Mesquitela;
- Associação dos Amigos de Peva;
- Centro Social do Rio Seco;
- Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense;
- Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS) de Vilar Formoso.

No decurso da investigação foram excluídas duas associações da análise: a Associação Cultural, Recreativa e Social de Mesquitela e o Centro Social Recreativo e Cultural de Castelo Bom, fruto da sua extinção. Para a caracterização e análise das restantes associações (13) contribuíram as entrevistas aos dirigentes ou responsáveis pela associação, baseadas em conversas informais sem um guião com questionário e a pesquisa documental.

Por fim, foram selecionadas duas associações: Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião e Associação dos Amigos de Peva para as quais foi feita uma análise mais detalhada inspirada na metodologia de estudos de caso.

A escolha destas duas associações foi feita tendo em consideração os seguintes critérios: dimensão em termos de número de postos de trabalho criados; diversidade de vertentes das respostas a necessidades da comunidade (vertente social, vertente cultural, vertente económica); diversidade de grupos alvo.

4. Contexto do estudo

4.1 Caraterização do concelho

Neste ponto pretende-se fazer um diagnóstico do concelho, pelo que se fez um levantamento evidenciando as caraterísticas em termos de geografia e demografia; uma caraterização das atividades económicas, população ativa e desemprego; caraterização da população por níveis de escolaridade e um levantamento dos equipamentos escolares, culturais, desportivos e lúdicos, e de apoio à saúde.

No que concerne à caraterização das freguesias, é de salientar que não existem estatísticas oficiais ao nível de freguesia, para muitas das características analisadas (desemprego, atividades económicas).

4.1.1 Envelhecimento demográfico e isolamento

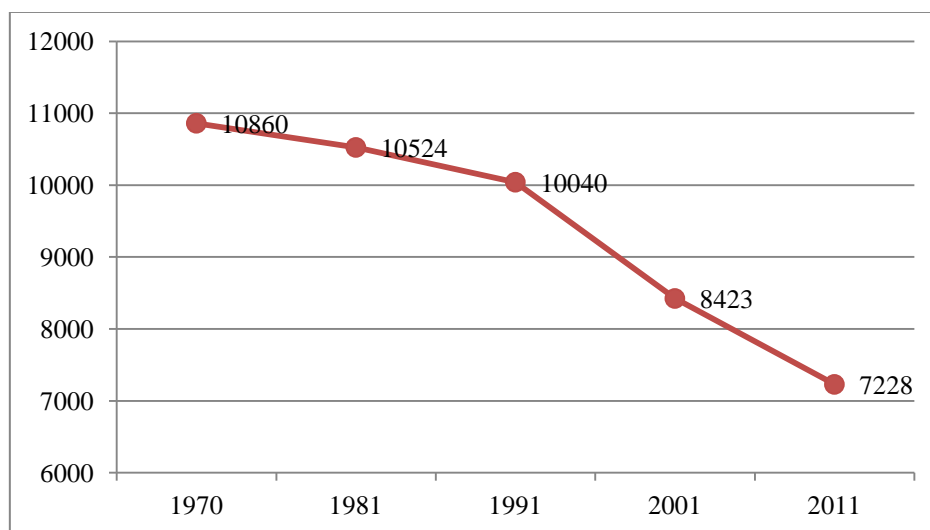
O concelho de Almeida, situa-se na Beira Interior Norte, distrito da Guarda, faz fronteira com Espanha, tem uma área de 518 km² de área, é composto por 29 freguesias: - Ade, Aldeia Nova, Almeida, Amoreira, Azinhal, Cabreira, Castelo Bom, Castelo Mendo, Freineda, Freixo, Junça, Leomil, Malhada Sorda, Malpartida, Mesquitela, Mido, Miuzela, Monte Perobolso, Nave de Haver, Naves, Parada, Peva, Porto de Ovelha, São Pedro de Rio Seco, Senouras, Vale da Mula, Vale de Coelha, Valverde, Vilar Formoso e 8 anexas: - Monte da Velha, Aldeia de São Sebastião, Ansul, Poço Velho, Pailobo, Aldeia Bela e Jardo.

É o concelho territorialmente mais extenso do país, com todo um cortejo de problemas associados ao facto de ser constituído por solos pobres e de difícil amanho agrícola.

O Clima é caraterizado pela fraca pluviosidade, invernos com temperaturas muito baixas e verões quentes, conforme diz o ditado “nove meses de inverno e três de inferno”.

De acordo com os resultados provisórios dos Censos 2011 a população residente é de 7228 habitantes, o que se traduz numa diminuição da população de 14,4% face a 2001. A evolução da população revela que esta tem vindo a decrescer de forma mais acentuada a partir de 1991.

Gráfico 1 -Evolução da população residente



Fonte: INE

No que concerne à distribuição da população por freguesias, atendendo aos dados para 2011, verifica-se uma grande concentração da população nas duas vilas do concelho, Almeida e Vilar Formoso, onde reside quase metade da população do concelho (48,9%), situação que contrasta com o reduzido número de residentes nas aldeias do concelho (existem seis freguesias com menos de 50 habitantes, e sete freguesias entre 51 e 99 habitantes).

Quadro 1 – Evolução da população residente no concelho por freguesia

Zona Geográfica	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011
	Nº	Nº	Nº	Var %	Var %
Concelho Almeida	10.040	8.423	7.228	-16,11	-14,19
Ade	130	98	73	-24,62	-25,51
Aldeia Nova	68	53	33	-22,06	-37,74
Almeida	1.536	1.491	1.314	-2,93	-11,87
Amoreira	193	185	178	-4,15	-3,78
Azinhãl	117	82	63	-29,91	-23,17
Cabreira	98	77	77	-21,43	0
Castelo Bom	193	181	216	-6,22	19,34
Castelo Mendo	168	134	87	-20,24	-35,07
Freineda	314	269	238	-14,33	-11,52
Freixo	244	217	182	-11,07	-16,13
Junça	200	162	124	-19	-23,46
Leomil	230	134	104	-41,74	-22,39
Malhada Sorda	446	364	334	-18,39	-8,24
Malpartida	229	206	172	-10,04	-16,5
Mesquitela	80	58	45	-27,5	-22,41
Mido	83	59	46	-28,92	-22,03
Miuzela	515	432	368	-16,12	-14,81
Monte Perobolço	112	79	61	-29,46	-22,78
Nave de Haver	639	504	358	-21,13	-28,97
Naves	145	101	68	-30,34	-32,67
Parada	231	158	114	-31,6	-27,85
Peva	187	140	168	-25,13	20
Porto de Ovelha	123	83	47	-32,52	-43,37
S.Pedro de Rio Seco	284	202	181	-28,87	-10,4
Senouras	91	57	38	-37,36	-33,33
Vale de Coelha	74	48	43	-35,14	-10,42
Vale da Mula	308	237	182	-23,05	-23,21
Vale Verde	169	131	95	-22,49	-27,48
Vilar Formoso	2.833	2.481	2.219	-12,42	-10,56

Fonte : INE, CENSOS 1991 e 2001, CENSOS 2011 - Dados Provisórios

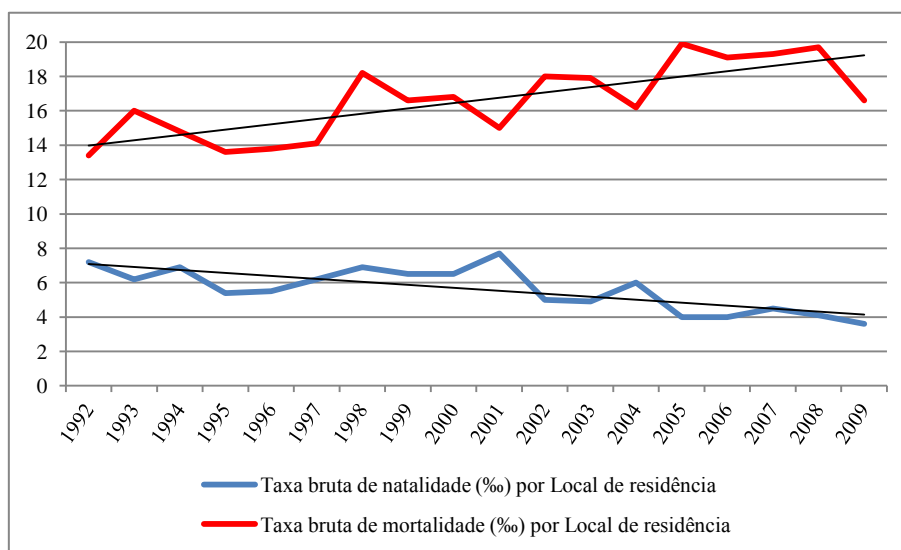
Relativamente à dinâmica da população regista-se um decréscimo populacional entre os anos 1991 e 2001 em todas as freguesias. Entre 2001 e 2011, a tendência para o decréscimo verifica-se em 26 das 29 freguesias, a freguesia de Cabreira mantém o mesmo número de residentes e nas freguesias de Castelo Bom e Peva regista-se um aumento da população residente.

Ao nível das freguesias, salientam-se o caso de Ade, Mido e Senouras, onde a população jovem (0 ao 24 anos) representa apenas 4,1%, 4,3% e 2,6%, respetivamente. (conforme quadro 2 – anexo A).

Uma das tendências mais problemáticas é a do envelhecimento rápido da população, desde 1981 tem-se vindo a registar uma diminuição do peso dos grupos etários mais jovens e um aumento na percentagem de população com 65 ou mais anos. É de realçar a evolução da relação entre jovens e idosos: em 1981 o peso da população com menos de 25 anos era de 37,2% enquanto os idosos representavam 19,7%. Em 2001 essa relação inverteu-se, passando os jovens a representar apenas 16,3% da população face a 37,1%.

O concelho é caracterizado pela diminuição da população e pelo envelhecimento da mesma, factos que são explicados pela tendência para a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da taxa de mortalidade, conforme pode ser constatado no gráfico 2, e pela crescente mobilidade da população mais jovem, quer para outras zonas mais urbanas, quer para fora do país, e consequentes implicações ao nível da descida da taxa de natalidade, o que contribui progressivamente para a desertificação da região.

Gráfico- 2 Evolução da taxa bruta de natalidade e mortalidade



Fonte:INE

4.1.2 Fragilidade do tecido empresarial e dificuldades de criação de emprego

Em 2001 a população ativa representava apenas 35,9%, um valor inferior aos 40,4% apresentados pela região da Beira Interior Norte.

Relativamente aos indicadores de desemprego, de acordo com os Censos da População de 2001, Almeida apresentava a mais elevada taxa de desemprego (7,8%) entre todos os concelhos que compõem a sub-região Beira Interior Norte cuja média era de 5,3%.

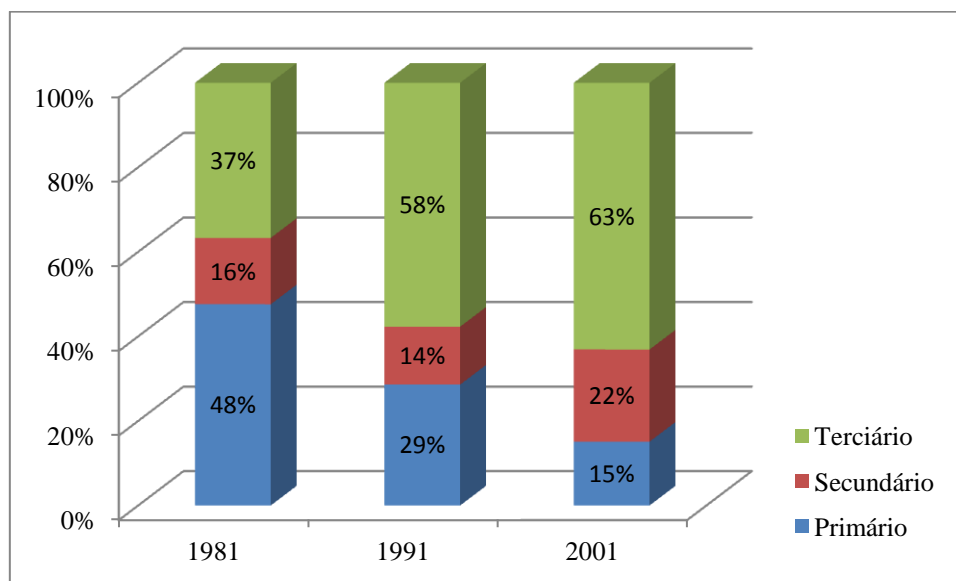
Dados mais recentes, final de Dezembro de 2011, disponibilizados pelo IEFP, no (quadro 5, anexo A), indicam que estavam registados 169 desempregados, 85 dos quais eram mulheres. Atendendo à situação face ao emprego 89,4% procuravam um novo emprego. Relativamente à duração da situação de desempregado, 43,8% estão inscritos à um ano ou mais.

Atendendo à estrutura etária, a análise da distribuição dos desempregados registados, revela uma concentração nos grupos dos 35-54 anos e 25-34 anos, com um peso de 40,2% e 24,3%, respetivamente. Relativamente ao nível de escolaridade dos desempregados registados, no período em referência, 32% detinham o 3º ciclo de ensino básico e 19,5% o primeiro ciclo de ensino básico.

A distribuição da população empregada por setores de atividade, de acordo com os Censos de 2001, denota um setor primário com peso superior face à média nacional, o setor ocupa 15,1%, enquanto em Portugal continental era de 4,8%. O setor secundário tem pouca expressão face aos valores apurados para o continente, representando 21,8 % e 35,5%, respetivamente. O setor terciário ocupa mais de metade dos empregados, 32,2% no setor terciário social e 32,9% no setor terciário económico.

Atendendo à evolução da estrutura da população empregada por setor de atividade desde 81, constata-se uma progressiva diminuição do peso do setor primário, que representava 47,6%, e 28,6%, em 1981 e em 2001, respetivamente, e um aumento do setor terciário que representava 36,7%, e 57,7%, em 1981 e em 2001. (quadro 6 – Anexo A)

Gráfico 3 - Evolução da População ativa por setor de atividade (1981-2001)



Fonte: INE – Censos

Em termos empresariais o concelho é pouco dinâmico, de acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro de 2009, o número de empresas com sede no concelho é de 522, o que se traduz numa densidade de 1 empresa por km², correspondendo a uma densidade das mais baixas da região da Beira Interior Norte que detém em média 2,3 empresas por Km².

Quadro 2 – Caracterização das empresas

Indicador	Almeida	Beira Interior Norte	Região Centro
Densidade de empresas (N.º/Km2)	1.0	2.3	7.5
Empresas	522.0	9283.0	177953.0
Pessoal ao serviço médio por empresa	2.3	2.6	3.0
Proporção de empresas com <10 pessoas	96.9 %	96.8%	95.9%
Proporção de empresas individuais	70.9%	73.5%	n.d.
Volume de negócios médio por empresa (Unid. 1 000 euros)	110.5	149.7	228.3

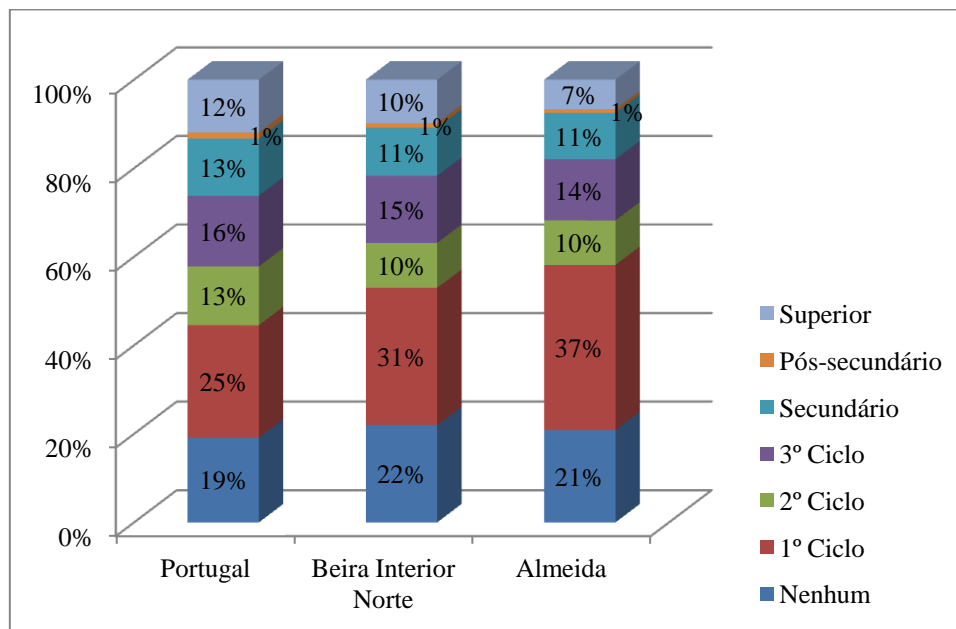
Fonte: CCDRC – Estatísticas da Região

De acordo com a análise dos dados do quadro, as empresas do concelho são caracterizadas pela reduzida dimensão, 96,9% das empresas têm menos de 10 funcionários, e a média de pessoal ao serviço é inferior à média da região da Beira Interior Norte, com valores de 2,3 e 2,6 respetivamente. Outro indicador que indicia a reduzida dimensão das empresas é o facto de 70,9 das empresas serem empresas individuais. De acordo com informação da Câmara

Municipal de Almeida, uma grande parte das empresas são de “tipo familiar” e não geram “emprego extra”.

4.1.3 Baixo nível de escolaridade da população

Gráfico 4 – Distribuição da população residente por nível de escolaridade - 2011



Fonte: INE – Censos 2011 Resultados provisórios

Os níveis de escolaridade da população são baixos, quando comparados com a região da Beira Interior Norte e do país, de acordo com os Censos de 2011, 21% da população residente não tem nenhum nível de escolaridade e 37% tem apenas o primeiro ciclo.

Atendendo ao nível de escolaridade por freguesia, constata-se que nas aldeias o nível de escolaridade é inferior à média do concelho. Atendendo à percentagem de população sem nível de escolaridade, destacam-se os casos das aldeias com taxas superiores a 40%, como é o caso de Aldeia Nova, Cabreia, Mido, Peva e Porto de Ovelha. Considerando a população com 1º ciclo, destacam-se os casos.

Considerando a distribuição dos licenciados pelas freguesias, verifica-se que 73% residem nas vilas de Almeida e Vilar Formoso e 6% nas freguesias de Castelo Bom e Malhada da Sorda.

4.1.4 Concentração espacial dos equipamentos públicos

O levantamento dos equipamentos escolares, culturais, desportivos e lúdicos e de apoio médico, revela uma concentração dos mesmos nas duas vilas do concelho: Almeida e Vilar Formoso, o que reforça a importância que as associações têm ao nível da satisfação das necessidades básicas da população.

4.1.4.1 Equipamentos escolares

Fruto da estrutura demográfica e da reorganização da rede escolar, promovida pelo Ministério da Educação, apenas quatro das vinte e nove freguesias do concelho têm estabelecimentos de ensino em funcionamento.

O concelho de Almeida é servido por duas escolas EB23/S situadas na freguesia de Almeida e Vilar Formoso.

A nível de escolas básicas de 1º ciclo, o concelho de Almeida tem vindo a assistir ao encerramento de diversas escolas. Das nove escolas que funcionavam nos anos 90, restam três escolas básicas de 1º ciclo situadas na freguesia de Miuzela, Almeida e Vilar Formoso.

A nível de ensino pré escolar o concelho é servido por cinco escolas, 3 públicas situadas em Almeida, Nave-de-Haver e Miuzela e 2 privadas situadas em Almeida e Vilar-Formoso .

4.1.4.2 Equipamentos culturais, desportivas e lúdicos

Em termos de equipamento desportivo o concelho dispõe de dois complexos de piscinas e campo de ténis, situados nas freguesias de Almeida e Vilar Formoso, um pavilhão municipal, um picadeiro, localizado no Baluarte de Nossa Senhora das Brotas, com instalações com capacidade para 21 cavalos, um picadeiro coberto e um picadeiro ao ar livre e uma casa da juventude.

Em termos culturais o concelho destaca-se um auditório com capacidade para 200 pessoas em Almeida, um pavilhão multiusos em Vilar Formoso e uma Biblioteca em Almeida, um Centro de Estudos de Arquitetura Militar, uma sala de exposições no posto de turismo.

Em 2009 foi inaugurado o Complexo Termal de Almeida, conhecido por Termas da Fonte Santa, constituído por uma área de tratamentos (Balneoterapia), ginásios, sauna, banho turco, gabinete de massagem e uma área médica, tendo como principal vocação, para além do bem-

estar e combate ao stress, o tratamento de doenças do aparelho respiratório, doenças da pele, doenças reumáticas e músculo-esqueléticas.

O levantamento dos equipamentos indicia que a região está muito bem equipada ao nível de equipamentos culturais, desportivos e lúdicos, no entanto, se tivermos em conta a dispersão da população e sobretudo a falta de uma rede de transportes públicos, somos conduzidos a conclusões diferentes, os equipamentos estão concentradas nas duas vilas Almeida e Vilar Formoso pelo que não beneficiam toda a população.

4.1.4.3 Equipamentos de apoio à saúde

O concelho de Almeida apresenta algumas debilidades no que concerne aos equipamentos de saúde, debilidades essas que já tinham sido diagnosticadas nos anos 90, tendo-se agravado, na sequência da extinção das Extensões do Centro de Saúde de Miuzela e Monte Perobolso, no âmbito das sucessivas reorganizações do Serviço Nacional de Saúde, mantendo-se apenas em funcionamento o Centro de Saúde de Almeida e a extensão de Vilar Formoso, sem serviço de urgências no período noturno.

As dificuldades assumem particular relevância, considerando as distâncias entre as freguesias do concelho de Almeida e as instalações de saúde com a agravante da inexistência de uma rede de transportes públicos no concelho.

4.1.4.4 Síntese

Em síntese, o concelho apresenta uma estrutura populacional fortemente envelhecida, fruto do êxodo demográfico verificado nas últimas décadas, provocado tanto pela emigração, como pelas migrações internas, e pelas próprias dinâmicas demográficas, havendo freguesias em que os níveis de ocupação demográficos são críticos.

Uma elevada percentagem de idosos vivem sozinhos e necessitam de redes de apoio, uma vez que a família, filhos e netos, não reside no concelho.

Em termos empresariais, o concelho é caracterizado pela existência de empresas de reduzida dimensão, na sua maioria empresas em nome individual, com pouca capacidade de criar emprego.

Os níveis de escolaridade da população residente no concelho são baixos, em especial nas aldeias.

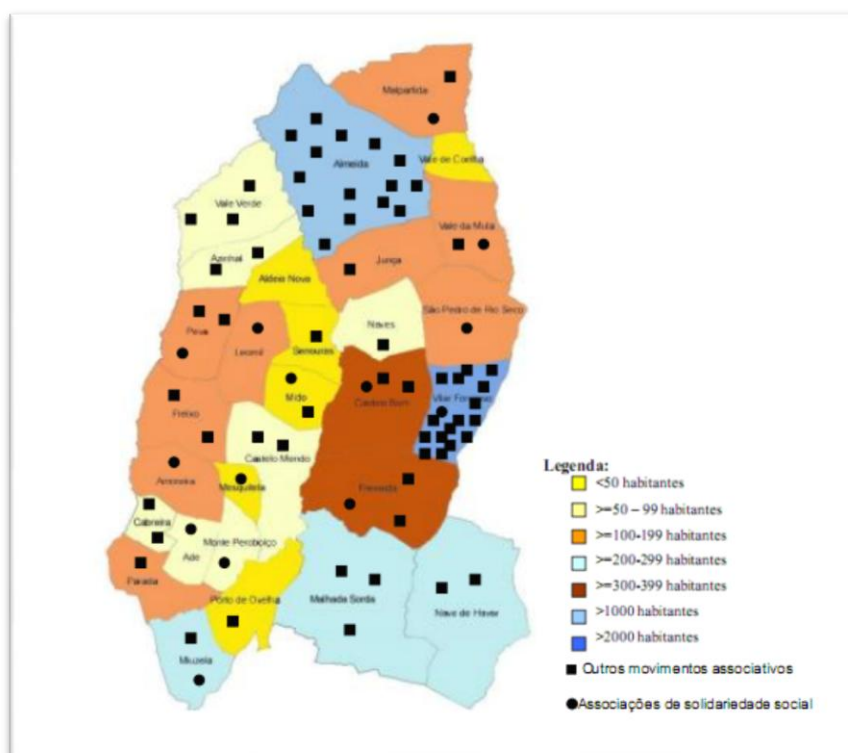
Conforme o diagnóstico realizado pela Cáritas de Ciudad Rodrigo, Guarda y Salamanca (2008:62) a situação atual é caracterizada por “ **Despovoamento** – que muitos qualificam de “**desertificação**” da zona devido à **falta de empregos**. “Não há postos de trabalho – entenda-se – **rentáveis** - para os jovens; logo, estes vão-se embora, e ficam os idosos”

Este fenómeno de êxodo, conduz a fenómenos de pobreza e exclusão social, associada à falta de rendimentos e à desintegração dos laços familiares e à fragilização das redes de apoio familiar dos mais velhos, que ficam sozinhos em resultado da necessidade dos seus filhos e netos serem obrigados a partir em busca de oportunidades.

4.2 Organizações da economia social do concelho de Almeida

No concelho de Almeida existe um vasto leque de organizações da economia social, de acordo com o levantamento levado a cabo pela Câmara Municipal existem 76 organizações, distribuídas por 27 das 29 freguesias do concelho, com valências que abrangem a solidariedade social, cultural, lúdica, desportiva, caça, pesca.

Mapa 1 – Organizações da economia social e população residente por freguesia - 2011



Elaborado pela autora

Da análise do mapa anterior, constata-se que é nas freguesias com maior população que se verifica o maior número de organizações da economia social.

As organizações existentes, como se pode ver no levantamento em anexo (anexo II), são muito díspares: abundam as de caça e pesca (12) e as que incluem o caráter cultural e social, que existem em quase todas as freguesias. Existem quatro associações de desenvolvimento. As menos representadas são as de pais (2), e outras (penhas).

A organização de economia social mais antiga é a Santa Casa da Misericórdia de Almeida, criada em 11 de Dezembro de 1520. A Misericórdia teve um papel muito ativo no campo da

solidariedade, nomeadamente nos socorros a feridos e no enterramento dos mortos nas guerras da restauração (1640), da sucessão (1762) invasões francesas (1807/1811) e lutas liberais (1844). Após décadas de inatividade, ganhou peso de novo em 1991, ano em que inaugurou um lar de terceira idade, com capacidade para 60 utentes, uma Creche e Jardim de Infância. Posteriormente, reabilitou o antigo Hospital da Misericórdia, um edifício de interesse histórico situado no centro da vila de Almeida, para instalar um lar de grandes dependentes com capacidade para 17 utentes.

Relativamente às restantes organizações, na generalidade nasceram no pós 25 de Abril, com âmbitos muito limitados (recreativos, desportivos e culturais), tendo assumido um papel mais ativo a nível social no início dos anos 90.

Atualmente, estas organizações desempenham um importante papel na valorização do património, na promoção do convívio, na promoção da prática de desporto, na ajuda aos mais carenciados. Destaca-se, igualmente, o seu papel na criação de estruturas de apoio social, de saúde e de educação das crianças, assim como, no desenvolvimento da cidadania e participação.

5. O contributo das organizações da economia social no processo de desenvolvimento do concelho de Almeida

Como vimos anteriormente (ver ponto 4.1), o concelho de Almeida é caracterizado pelo envelhecimento da população e pelo isolamento da mesma. Os equipamentos escolares, culturais, desportivas e lúdicos e de apoio à saúde estão concentrados nas duas vilas do concelho Almeida e Vilar Formoso. O tecido empresarial é pouco dinâmico, pelo que a capacidade de gerar emprego é muito reduzida.

5.1 Projetos dinamizados por associações do concelho

No quadro das políticas de base territorialista, desde os anos 80, têm vindo a ser implementados em Almeida diferentes projetos de desenvolvimento local e de luta contra a pobreza e exclusão social, que incorporam de forma explícita o princípio da inovação e experimentação, promovidos pelo Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS) de Vilar Formoso, uma das IPSS do concelho, entre os quais se destacam:

- O Projeto “Ruralidade em transformação” da responsabilidade do Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS) de Vilar Formoso, financiado pelo governo, com um âmbito temporal de 3 anos que abrangeu as freguesias de Vilar Formoso, Naves e Nave de Haver, no âmbito do qual foram elaborados os primeiros estudos;
- O Projeto “Mundo rural em transformação” promovido pelo CAIS, no âmbito do Programa Pobreza III (1989-1994) que abrangeu todo o concelho de Almeida. O projeto tinha um objetivo mais imediato, contribuir diretamente para minorar os problemas sentidos pelos grupos mais carenciados, e outro de longo prazo, criar condições humanas, técnicas, organizativo-institucionais e financeiras que pudessem constituir suporte de progressos de desenvolvimento equilibrado e auto-sustentado. No âmbito deste projeto foram desenvolvidos três projetos complementares integrados nas iniciativas comunitárias de valorização de recursos humanos, Horizon, Now e Euroform, que abrangeram cerca de 200 formandos em 15 cursos de formação.
- Projeto Impuls@raia promovido CAIS de Vilar Formoso em parceria com a Câmara Municipal de Almeida, Câmara Municipal do Sabugal e o Núcleo Empresarial da Região da Guarda, no âmbito da iniciativa comunitária EQUAL que visava criar capacidade de inserção profissional e incentivar o espírito empresarial como forma de combater a desertificação e promover o desenvolvimento sustentável da região. O

projeto criou e implementou uma metodologia de desenvolvimento local em contexto rural com suporte nas TIC's tendo criado para o efeito uma Plataforma de *e-learning* acessível através do seu website. No âmbito deste projeto foram selecionados 100 beneficiários para formação em TICs, entre os quais foram escolhidos 33 que receberam formação como empreendedores e apoio técnico e de consultoria. Destes 10 criaram a sua própria empresa.

No âmbito desta dissertação, é de realçar o Programa Pobreza 3, cujo espírito e propostas, se inserem no movimento de reestruturação conceptual em torno da proposta de um “outro” desenvolvimento ao qual se encontram ligadas as propostas de um desenvolvimento regional “endógeno” e do desenvolvimento local. (Henriques, 1993:87)

Um dos seus objetivos do projeto consistiu na animação dos agentes locais, entre os quais as associações. A intervenção deste projeto contribuiu para a capacitação das associações, apoiando-as financeira e tecnicamente para a construção ou reabilitação das sedes, e conduzindo-as à alteração dos estatutos, no sentido de abranger a componente social, e sensibilizando-as para um papel interventivo na resolução dos problemas sentidos pela comunidade.

5.1.1 CAIS de Vilar Formoso - Projeto Mundo Rural em Transformação (Pobreza 3)

O Projeto Mundo Rural em Transformação – Ação modelo AM-22 P, foi promovido pelo Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS) de Vilar Formoso, uma instituição privada de solidariedade social, no âmbito do terceiro programa de ação destinado a fomentar a integração social e económica dos grupos menos privilegiados (1989-1994), abreviadamente designado por Pobreza 3. Tinha como objetivo promover uma abordagem *multidimensional* e dar relevo ao desenvolvimento de estratégias de luta contra a pobreza e exclusão com base no *partenariado* entre diversos atores, públicos e privados, desenvolvidas com a *participação* das populações visadas.

A visão multidimensional exigiu uma abordagem centrada numa lógica de partenariado, em que os diversos atores contribuíram para o desenvolvimento integrado com base nos recursos existentes no concelho mas também na captação de recursos exógenos.

De acordo com Estivill¹ (1997:35-37) o partenariado permite recuperar mecanismos de solidariedade e participação para encontrar bases comuns de novas relações mais humanas e solidárias, traduzindo-se numa nova forma de partilha em que todos participam de forma igual, obrigando a criar espaços de diálogo.

O projeto tinha um objetivo mais imediato, *contribuir diretamente para minorar os problemas sentidos pelos grupos mais carenciados*, e outro de longo prazo, *criar condições humanas, técnicas, organizativo-institucionais e financeiras que pudessem constituir suporte de progressos de desenvolvimento equilibrado e auto-sustentado*.

O acento tónico da intervenção do Projeto foi colocado, essencialmente, na animação e mobilização dos agentes locais (associações, empresas, autarquias) para a melhoria das condições sociais dos mais carenciados (em particular nos domínios da proteção social, habitação, saúde, educação) e para a promoção do desenvolvimento nos setores da agricultura e indústria.

A dimensão dos problemas revelados pelos estudos diagnósticos, exigiram uma resposta multidimensional e multissetorial, que justificou a elaboração de um **“Plano de desenvolvimento integrado”** e de nove programas setoriais que evidenciaram a intenção de, no âmbito do projeto, dar um contributo para a resolução de problemas de natureza sócio cultural (educação, saúde, proteção social, habitação e animação local) e de natureza económica (reconversão/modernização do setor agrícola, incremento do tecido industrial, diversificação do setor do comércio e serviços, criação de infraestruturas técnicas e físicas de apoio ao desenvolvimento, valorização dos recursos humanos).

O **Plano** foi um instrumento fundamental no processo de desenvolvimento e mudança, elaborado no âmbito do projeto, que serviu de referência para todos os atores locais: autarquia, administração local e regional do estado, população, empresários. Procurava atingir por via indireta os mais desfavorecidos, através da melhoria das infraestruturas base – água e saneamento, das condições de acessibilidade, das instalações dos serviços de educação, saúde

¹ Para este autor o partenariado define-se como “o processo pelo qual dois ou mais agentes de naturezas distinta e sem que percam a sua especificidade, se põem de acordo para realizar algo num tempo determinado, que é mais que a soma deles, ou que cada um só poderia fazer ou que é distinto do que já fazem, implicando riscos e benefícios que partilham”. (op cit:34)

e proteção social, das estruturas produtivas agrícolas, da implementação e ordenamento do setor industrial e do estímulo do mercado de trabalho. Instrumento este, que assumiu particular relevância pelo facto de a data do projeto não existir Plano Diretor Municipal.

Os fatores exógenos assumiram particular relevância, tendo sido considerados como um pressuposto e uma condição geral de qualquer modelo de desenvolvimento a aplicar nas zonas rurais deprimidas e periféricas, uma vez que os fatores endógenos demonstraram não ser suficientes, por si só, para provocar uma alteração substancial dessas zonas.

No caso concreto do Projeto Mundo Rural em Transformação, o Plano Integrado de Desenvolvimento procurou envolver várias entidades com caráter nacional e regional, desenvolver uma estratégia de desenvolvimento local, recorrer aos instrumentos de suporte de estratégia local resultantes essencialmente dos apoios comunitários (Quadro Comunitário de Apoio I – QCA), tendo como principais objetivos:

- Melhorar as condições de vida;
- Reforçar o sistema produtivo local e aumentar a produção;
- Promover a formação e o emprego;
- Melhorar o funcionamento das estruturas locais.

Neste contexto, com vista ao cumprimento dos objetivos macro traçados no plano foram estabelecidos objetivos ao nível de projeto e ações para a sua realização.

Como objetivos do projeto surgem com maior relevância o de *“minorar as situações de exclusão social e pobreza ainda existentes no concelho e contribuir para criação de condições, a nível local, indispensáveis ao arranque do desenvolvimento socioeconómico.”*

Ao nível das medidas e ações desenvolvidas no âmbito do projeto basearam-se na realização de inquéritos e estudos com vista à promoção do desenvolvimento, formação profissional, educação desporto e tempos livres, cultura, proteção social, saúde, infraestruturas de base e habitação degradada.

No âmbito do projeto foram ainda, promovidos novos serviços, entre os quais se destaca o “Comida sobre Rodas”, um serviço de apoio domiciliário integrado que oferecia alimentação e acompanhamento médico e de enfermagem (2 médicas e 2 enfermeiras) às populações mais carenciadas das freguesias de Vilar Formoso, Parada, Cabreira, Ade, Monte Perobolso, Amoreira, Mesquitela e Freixo.

O Projeto mostrou a possibilidade de construir futuros possíveis em meio rural pobre, através do reforço da capacidade organizativa local e de formulação de estratégias de desenvolvimento adequadas (Mendonça, 1994:19)

Animação e mobilização dos agentes locais - associações

Uma das virtudes que é apontada pelo responsável do Programa “Mundo Rural em Transformação”, foi a realização de inquéritos e estudos de diagnóstico, que permitiram “descobrir” uma realidade associativa, que até então era “quase desconhecida” ou pouco valorizada. Foi assim, e seguindo a lógica que presidia aos projetos realizados no âmbito do Pobreza III, em que a participação e o partenariado eram considerados fundamentais, que as associações locais foram “chamadas ao projeto” e sensibilizadas para os problemas com que o concelho se deparava.

Numa primeira fase o Projeto partiu da descoberta dos líderes locais, e teve a preocupação de não se deixar politizar, aproveitando no entanto as sinergias. Numa outra fase as associações tiveram apoio na alteração dos estatutos, passando a ser contemplada a componente social. Estas alterações permitiram às instituições reunir as condições para se poderem candidatar a acordos com a Segurança Social.

Estes parceiros foram apoiados, técnica e financeiramente na construção, ampliação e recuperação das suas sedes e na criação de novas infraestruturas que permitiram às associações oferecer valências diferentes.

No início dos anos 90 existia apenas um lar e centro de dia no concelho, fundado e orientado pelas Irmãs de S. João Baptista. Atualmente, é de salientar a grande diversidade de associações com valências sociais e culturais, presentes em quase todas as freguesias do concelho que têm demonstrado preocupação em proporcionar respostas essencialmente sociais, que nos últimos anos se traduziu num aumento do número de equipamentos e serviços de apoio a idosos.

5.2 As Associações de Solidariedade Social no Concelho de Almeida

Entre as muitas associações que compõem o tecido associativo do concelho, foram identificadas e estudadas treze associações de solidariedade social (ver ponto 3): Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social de Ade; Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira; Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião; Comissão de Melhoramento da Freineda; Associação Desportiva, Cultural e Social de Leomil; Associação para o Desenvolvimento e Ação Social de Malpartida; Associação Desportiva, Cultural e Social de Mido; Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense; Associação Social, Cultural e Recreativa de Monteperobolso; Associação dos Amigos de Peva; Centro Social do Rio Seco; Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense e CAIS de Vilar Formoso.

Neste ponto pretende-se fazer uma reflexão sobre o papel que as organizações de economia social desempenham no desenvolvimento local, partindo da informação recolhida nas entrevistas, da pesquisa documental e da observação.

A sua atuação está centrada em zona geográficas de pequena dimensão, que vão desde a freguesia como é o caso da Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense, do Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense, da Associação Desportiva, Cultural e Social de Leomil, da Associação Social, Cultural e Recreativa de Monteperobolso e da Comissão de Melhoramento da Freineda, conjunto de freguesias no caso da Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social de Ade, da Associação dos Amigos de Peva e da Associação para o Desenvolvimento e Acção Social de Malpartida ao concelho e concelhos limítrofes, CAIS de Vilar Formoso e da Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião.

Estas organizações, de acordo com a própria natureza jurídica (associações de solidariedade social), não têm como objetivo principal a acumulação de lucros a nível individual, mas sim a prossecução do interesse comum.

Na origem e na expansão das referidas associações esteve a ausência de resposta, por parte do estado e do mercado, aos problemas sentidos pela população, conduzindo a população a

organizar-se e envolver-se ela própria na resolução dos seus problemas, conforme é evidenciado pelas respostas dos responsáveis/técnicos das associações.

“Surgiu ... para dar resposta aos problemas da Freguesia, o isolamento e a solidão os idosos” (A.A.P.)

A população é maioritariamente idosa, muitos vivem sozinhos porque os filhos foram trabalhar para fora e o centro de dia e o apoio domiciliário faziam falta (A.R.C.S.V)

As associações locais têm atualmente no concelho um papel-chave na oferta de serviços essenciais à vida coletiva, vocacionados para a população idosa (Lar de Idosos, Centros de dia, Serviços de Apoio Domiciliário), e para a população jovem (dinamização de atividades desportivas, organização de férias desportivas para jovens).

Para além da criação e gestão de serviços sociais de proximidade, nomeadamente centros de dia, serviços de apoio domiciliário e lares, estas associações promovem serviços de transporte das aldeias para Almeida e para a Guarda de modo a que utentes e associados se possam deslocar a consultas médicas, para colmatar a dificuldade de mobilidade das populações provocada pela inexistência de uma rede de transportes pública.

Uma das vertentes que deve ser analisada quando falamos de associativismo é a da participação, que neste contexto, se materializa no envolvimento da comunidade em torno da resolução de um problema comum.

Um aspeto indicativo da participação é o número de associados de cada associação, considerando este indicador, verifica-se uma participação considerável da população, o número de associados das associações estudadas ultrapassa, na generalidade dos casos, o número de habitantes da freguesia ou freguesias da área de influência das associações.

Também ao nível da participação ativa são vários os exemplos de envolvimento ativo dos associados e da comunidade através da disponibilização de tempo e recursos. No caso da Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de São Sebastião, a participação ativa é considerada *um dos pilares fundamentais da história da associação*.

Podemos concluir assim, que estas organizações se baseiam em modelos de gestão baseados na cooperação e na participação.

Quanto à estrutura do financiamento das organizações estudadas, é possível encontrar duas realidades distintas: aquelas cujo financiamento é maioritariamente proveniente das transferências do estado (Segurança Social) procedente dos acordos de cooperação (comparticipação no custo de serviços prestados) e as que se auto financiam.

No primeiro grupo destaca-se o caso das associações da Amoreira e da Miuzela, em que as transferências da segurança social representam, 90% e 80%, respetivamente. Estas associações dependem das transferências do estado (segurança social) para garantir a sua sustentabilidade financeira. A manutenção da sua atividade, nomeadamente no que concerne à prestação de serviços a idosos, depende quase exclusivamente do Estado.

No segundo grupo, menos dependentes do estado, destacam-se as associações que conseguiram reforçar a componente de receitas próprias, financiando as suas atividades, através da prestação de serviços complementares (aluguer dos bungalow da ADCS de São Sebastião), exploração de uma bar (Ade) e da rentabilização dos seus recursos (estabelecimento de protocolos com outras organizações da ADCS de São Sebastião).

O reforço da identidade local através da preservação e divulgação de atividades culturais e recreativas dinamizadas pelas várias associações, de que são exemplo, os Workshops e Museu dinamizados pela Associação de Amigos de Peva, exposições de artesanato e feiras para venda de produtos regional, um livro, “Memórias da terra – Costumes da Beira Interior” e publicação do Jornal Alto da Raia do Centro Social de Rio Seco e as secções culturais realizadas pela Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de São Sebastião, contribuem para um reforço dos elos de solidariedade e identidade territorial.

A análise SWOT, elaborada a partir da informação recolhida nas entrevistas e na pesquisa documental, faz uma síntese das principais forças e fraquezas destas organizações, bem como das ameaças e oportunidades que as mesmas enfrentam.

Pontos Fortes

- Comunidade local dinâmica (proliferação de associações no concelho)
- Boa rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos- Centros de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Lares
- Elevado número de associados
- Criação de postos de trabalho

Pontos Fracos

- Dependência do Estado a nível de financiamento (grande parte das associações)
- Reduzida participação da comunidade (parte das associações)

Oportunidades

- População idosa com saberes ligados a artes e ofícios tradicionais
- Área de elevada qualidade paisagística e ambiental
- Património histórico muito rico
- Boa acessibilidade (infraestruturas rodoviárias)
- Proximidade da fronteira

Ameaças

- Desertificação populacional
- Crise financeira
- Estrutura etária envelhecida
- Equipamentos públicos (escolares, culturais, desportivos e lúdicos e de apoio à saúde) estão concentrados nas duas vilas

O elevado número de associados revela que estas organizações se baseiam em modelos de gestão baseados na cooperação e na participação, de forma mais evidentes para algumas das instituições. Nas suas práticas têm explícitos vários projetos: um projeto económico (produz bens e serviços, cria emprego) e um projeto social (satisfaz necessidades sociais que a economia de mercado não satisfaz, porque as pessoas não têm poder de compra que lhes permita pagar estes serviços, e isso faz com que este mercado não seja atrativo para as empresas; cria emprego a pessoas desfavorecidas). O projeto territorial também está presente, ainda que, de forma menos evidente.

O projeto cultural, associado à valorização pela economia, da cultura local, património, valores e identidades culturais está presente em poucas associações. Afirma-se claramente na ADCS de Aldeia S. Sebastião e no Centro Social de Rio Seco.

O projeto de gestão está presente na ADCS de Aldeia S. Sebastião e na Associação dos Amigos de Peva; na generalidade das associações este projeto é inexistente.

A desertificação populacional põe em risco a sobrevivência de algumas das associações, uma vez que a generalidade tem como objetivo, quase exclusivo, o apoio aos idosos. Em 2010 duas associações deixaram de existir devido ao reduzido número de utentes. A crise financeira e a diminuição do apoio financeiro por parte do estado, são fatores críticos para estas organizações, uma vez que uma parte significativa depende fortemente do estado.

A riqueza do património histórico, cultural, paisagístico e natural desta região constituem uma oportunidade. Este é um domínio que, devidamente explorado, pode constituir um fator chave para estas organizações, uma possibilidade de mudança, através da diversificação das suas atividades. A boa acessibilidade e a proximidade da fronteira contribuem para facilitar o sucesso dessa estratégia.

Nos pontos seguintes, indutivamente, aprofunda-se a reflexão sobre o papel que as organizações de economia social desempenham no desenvolvimento local, com base nos casos da ADCS de Aldeia de São Sebastião e da Associação dos Amigos de Ade.

5.2.1 A Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de São Sebastião

A Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de São Sebastião foi criada formalmente a 18 de Dezembro de 1991 por um grupo de conterrâneos, entre os quais, o atual presidente, Joaquim dos Santos Fernandes na aldeia de São Sebastião, uma anexa de Castelo Bom, uma pequena povoação com cerca de 80 habitantes.

Na altura, a ideia era fundar uma entidade a partir da qual o povo da aldeia pudesse criar uma infraestrutura multiusos, mais precisamente, um salão de baile para as festas de S. Sebastião. A primeira obra foi, então, a sede atual da associação, na qual se instalou também um centro de dia para idosos que esteve em funcionamento até ao verão de 2009, contando com cerca de 20 idosos.

A associação foi ampliando sucessivamente as suas infraestruturas, contando atualmente com um vasto leque: um campo polidesportivo, um complexo de piscinas, um anfiteatro ao ar livre, bungalows, um lar de 3ª idade. Em 2011 foi concluída a obra de construção do parque desportivo constituído por campo de minigolfe, parque de skate, pista de salto em comprimento, sala de formação, pista e equipamentos de manutenção, slide, parede de escalada e parque infantil.

Um projeto modesto, de âmbito local, foi-se transformando gradualmente num projeto integrado, mais completo, coerente e, acima de tudo, sustentável.

Na opinião da direção da ADCS a prevalência do conceito de bem-comum, ancorado em práticas e tradições comunitárias de partilha e entreajuda, o hábito de resolver os problemas pelos seus próprios meios e a vontade de fazer mais e melhor justificam a evolução que a associação tem tido.

Neste contexto, enfatiza-se o facto dos fundos para a construção das infraestruturas terem sido conseguidos, fundamentalmente, com base na contribuição da comunidade (população, sócios e amigos, através donativos em dinheiro, em espécie (materiais e trabalho).

A obra que representou um maior esforço financeiro foi o lar de 3^a idade, foi um investimento de cerca de 1,5 milhões de euros dos quais o Estado apenas participou 200.000€. As restantes verbas foram provenientes do recurso a financiamento bancário no valor de 450.000€ e das contribuições da população, sócios, amigos.

Para além das contribuições em dinheiro a associação beneficiou ainda de donativos em géneros e de trabalho voluntário na construção das referidas infraestruturas.

Desde a sua criação que a associação tem como preocupação envolver os habitantes da aldeia no projeto, ouvindo-os, identificando os problemas e definindo estratégias e prioridades na resolução.

Atualmente a associação conta com 1816 associados que incluem um leque muito vasto de pessoas: residentes da aldeia, naturais de São Sebastião que atualmente residem noutros pontos do país e no estrangeiro, jovens que participaram em atividades dinamizadas pela associação, utilizadores das infraestruturas (complexo de piscina, bungalows, campo polidesportivo, lar).

A instituição atua na área da formação, cultura, lazer e social, essencialmente, através do desenvolvimento das seguintes iniciativas:

- Realização de cursos de formação diversos, nomeadamente cursos de geriatria e das tecnologias de informação cursos temáticos e ocupacionais;
- Organização de espetáculos e sessões públicas;
- Realização de campos de trabalho internacionais;

- Organização de férias desportivas para jovens;
- Participação em Programas de Férias para Jovens;
- Apoio a atividades juvenis organizadas por responsáveis de outras entidades, como por exemplo as Comissões de Proteção de Jovens e Crianças em Risco;
- Apoio à população, por exemplo, contacto com idosos para obtenção de apoios sociais do estado como o complemento solidário para idosos;
- Organização de “Bazares Solidários” na Aldeia de S. Sebastião e Pinhel para distribuição de alimentos, roupas, brinquedos, calçado e material didático a famílias carenciadas;
- Acompanha o protocolo do RSI, no concelho de Almeida e Pinhel, no âmbito do qual apoia cerca de 200 famílias;

A Associação tornou-se num dos maiores empregadores locais, tendo criado 35 postos de trabalho, ocupados na generalidade por pessoas do concelho, uma grande parte da freguesia. Contribuiu, igualmente, para a integração profissional de beneficiários do RSI na própria instituição.

Contributos da ADCS da Aldeia de São Sebastião para o desenvolvimento

- A sua ação visa a satisfação de necessidades da comunidade que estão por satisfazer, conduzindo à melhoria de bem-estar das condições de vida da população;
- Uma prática de poder marcada pela democracia participativa com uma valorização clara da participação na gestão e de envolvimento de toda a comunidade nas suas decisões e na vida da associação;
- É um projeto económico (produz bens e serviços, cria emprego) e um projeto social (satisfaz necessidades sociais que a economia de mercado não satisfaz porque as pessoas não têm poder de compra que lhes permita pagar estes serviços, e isso faz com que este mercado não seja atrativo para as empresas; cria emprego a pessoas desfavorecidas);
- A importância desta associação no concelho, não se manifesta apenas no impacto que ela tem ao nível do aumento da oferta de infraestruturas, ela manifesta-se também pela capacidade de gerar emprego, nesta associação foram criados 35 postos de trabalho diretos;

- Um projeto territorial que contribui para o desenvolvimento local, pela contratação de pessoas da comunidade e privilegiando a contratação de serviços e aquisição de bens a empresas do concelho;
- Um projeto de gestão que se manifesta na preocupação que a instituição tem com a sustentabilidade financeira e com a melhoria contínua da qualidade dos serviços;
- Um projeto político, na medida em que os associados, trabalhadores e a comunidade são envolvidos permanentemente na definição dos planos de atividade e na gestão corrente da associação.

5.2.2 Associação dos Amigos de Peva

A associação foi fundada em 1989, por iniciativa de um grupo de jovens que se uniu por uma causa comum: a solidariedade, tal como foi entendida “dar, sem disso se esperar qualquer benefício, a não ser o consolo de ser útil” (Semanário A Guarda), para dar resposta aos problemas da Freguesia, o isolamento e a solidão os idosos. Atua na vertente social e cultural.

Tem como missão, prestar um serviço de apoio social à terceira idade que prime pela Excelência na Qualidade, garantindo na prestação dos cuidados básicos, o respeito e a dignidade pelo idoso, reconhecendo-lhe o direito à plena cidadania, à independência, e privacidade, proporcionando condições que potenciem a sua inclusão social.

Começou com o centro de dia, o museu e o apoio domiciliário na freguesia, mas com o passar dos anos foi alargando a sua área de influência, atualmente abrange mais nove aldeias: Peva Aldeia Bela, Freixo, Mido, Senouras, Aldeia Nova, Ansul, Azinhal e Vale Verde. Em 2004 foi inaugurado o CAI (Centro de Apoio ao Idoso), um investimento que rondou os setecentos e cinquenta mil euros, em que o Estado (PIDDAC) financiou 30% do custo, facto que obrigou a associação a recorrer à banca. Em 2007 foi iniciada uma obra de ampliação, correspondendo à 2ª fase do lar, com um custo de cerca de um milhão de euros, que obrigou a instituição a recorrer de novo ao financiamento bancário.

Na vertente cultural, a Associação dos Amigos de Peva, mobilizou a população, para a criação de um espaço museológico, incentivando a mesma a colocar à guarda do “seu Museu” todo o património da localidade. Neste espaço é possível ver objetos e utensílios expostos pelos locais da “Casa” onde eram utilizados, permitindo assim, um melhor entendimento da sua função. No rés-do-chão pode observar-se a adega, e utensílios que ali eram guardados. Subindo ao 1º andar, acede-se à habitação pelo “meio da casa”, dela fazendo parte um quarto

e uma cozinha tradicional e um registo em vídeo de várias atividades agrícolas, realçando-se os ciclos do Pão, do Vinho e a Matança.

Neste espaço são dinamizadas atividades culturais, Workshop, exposições, e encontros de artistas plásticos, de que são exemplo, um ciclo denominado “Memórias da Terra” como forma de homenagear a “cultura rural”, uma série de espetáculos musicais subordinados ao tema “Sons da Terra”, que incluiu um espetáculo de folclore; uma exposição de escultura em pedra e fotografia denominada “Formas da Terra” e várias atividades de caráter gastronómico, tendo como tema “Sabores da Terra”.

A Associação atua ainda na área da formação, tendo promovido em 2005 dois cursos de formação, no âmbito da cozinha tradicional, gastronomia regional e agentes dinamizadores e animadores de rotas turísticas, destinados a pessoas desempregadas.

Está em curso um processo de geminação com a localidade de Peva (Moimenta da Beira), dinamizado pelas associações de ambas as freguesias e respetivas Juntas de freguesia, com o objetivo de trocar experiências, nomeadamente no domínio do apoio à terceira idade, onde a associação já tem experiência.

A Associação tornou-se num dos maiores empregadores locais, tendo criado 25 postos de trabalho, que permitiram oferecer trabalho a seis pessoas da aldeia, contribuindo desta forma para a fixação de população jovem.

A sua atividade é financiada maioritariamente (cerca de 80%) através da comparticipação dos utentes, e das transferências da Segurança Social, no âmbito dos acordos (cerca de 10%). Contribuem ainda para o financiamento as quotas dos associados, alguns donativos e subsídios pontuais da Câmara Municipal de Almeida no âmbito das atividades culturais que a associação dinamiza.

Contributos da Associação dos Amigos de Peva para o desenvolvimento

- Os valores associados à sua fundação e subjacentes às suas práticas, a cooperação, solidariedade, identidade territorial e com a comunidade, tornam-na merecedora da confiança da população;
- Valoriza a identidade cultural através da organização de workshops, da realização de exposições, do registo em vídeo de várias atividades agrícolas, realçando-se os ciclos do Pão, do Vinho e a Matança, da criação de um Museu e das mostras gastronómicas;

- Preserva as tradições como aconteceu quando dinamizou uma formação no âmbito da cozinha tradicional, gastronomia regional;
- Satisfaz necessidades básicas da comunidade que o mercado e o estado não satisfazem;
- Valoriza uma lógica de trabalho em parceria;
- Nesta instituição estão presentes o projeto económico, social, cultural, territorial e de gestão;

6. Conclusões

A pesquisa realizada pretendeu analisar e compreender os contributos das organizações de economia social, nomeadamente das associações de solidariedade social, nos processos de desenvolvimento em zonas rurais e verificar se a intervenção das mesmas é congruente com o conceito de desenvolvimento local, enquanto entidades geradoras de processos de melhoria de bem-estar e das condições de vida da população.

Este estudo foi concretizado com base num quadro teórico em torno dos conceitos de desenvolvimento, mais especificamente, desenvolvimento local e de economia social e solidária.

Relativamente ao conceito de desenvolvimento, foi apresentada uma perspetiva da sua evolução e das diferentes acessões que foi adquirindo nas últimas décadas, recorrendo à sistematização proposta por Roque Amaro, que sistematiza os conceitos: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado, em três grandes “fileiras ou famílias concetuais”: “fileira das pessoas e das comunidades”, a “fileira ambiental” e a “fileira dos direitos humanos e da dignidade humana”. (ver ponto 2.1)

Ainda relativamente ao conceito de desenvolvimento, foram apresentados os dois paradigmas, subjacentes à articulação territorial do desenvolvimento: o “paradigma funcionalista” assente em pressupostos de “difusão espacial do desenvolvimento” e o “paradigma territorialista” assente em processos de “integração territorial do desenvolvimento. (ver ponto 2.2)

Estes dois pontos são essenciais para que se entenda o conceito de desenvolvimento local.

Atendendo à reflexão teórica realizada, o desenvolvimento local deverá ser encarado como:

- Um processo de mudança;
- Um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades económicas e sociais;
- Um processo de base territorial baseado na mobilização dos seus recursos;
- Resultado do esforço das suas populações pressupondo a existência de um projeto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais;
- Uma lógica de trabalho em parceria;
- Um espaço de solidariedade ativa;

Retomando a questão de partida que serve de base a esta dissertação:

Como é que as organizações de economia social do concelho de Almeida podem contribuir para o processo de desenvolvimento do concelho?

Podemos concluir que as iniciativas destas associações se enquadram no contexto do desenvolvimento local e que a sua ação conduz a uma melhoria do bem-estar e das condições da população a partir da mobilização das capacidades locais contando com a contribuição de recursos exógenos (financiamento) para fomentar o aproveitamento dos recursos endógenos.

As várias experiências, relatadas no âmbito desta dissertação mostram como é que no concelho de Almeida têm sido minimizados os problemas inerentes ao envelhecimento populacional e ao isolamento. O associativismo para esta comunidade trouxe uma resposta aos problemas, que nem o estado nem o mercado tiveram capacidade ou interesse em resolver.

As associações podem contribuir para o desenvolvimento, na qualidade de dinamizadoras de processos de base territorial, centrados na comunidade, capazes de mobilizar recursos financeiros e humanos para a satisfação prioritária de necessidades básicas da comunidade.

Regressando ao conceito de Economia Solidária, estamos perante iniciativas onde se manifestam os princípios defendidos pela mesma:

- Não tem como objetivo o lucro;
- Primazia do interesse comum sobre o interesse individual;
- Princípios de solidariedade e partilha;
- Participação ativa da população e dos associados tanto no financiamento, como na organização e gestão das associações;

Contudo há aspetos da economia solidária que não estão presentes ou estão insuficientemente explícitos na ação desenvolvida por estas organizações (projeto de gestão, projeto político, projeto ambiental, projeto de conhecimento), pelo que, embora não reúnam todos os critérios pra serem enquadradas na economia solidária, aproximam-se deste conceito ao fomentarem o exercício da cidadania participativa, a satisfação das necessidades e promovem a coesão social.

A dimensão e impacto destes projetos e a forma como eles se desenvolveram vêm demonstrar que a ação coletiva é possível, que o interesse coletivo pode ser colocado à frente dos interesses pessoais.

Estas iniciativas revelam uma sociedade civil cada vez mais capaz de se organizar, ter iniciativa, resolver problemas a que o mercado e o estado não dão resposta, através do desenvolvimento de iniciativas com elevados padrões de qualidade e inovação.

São pequenos exemplos como este, nascidos de ações coletivas geradas de forma espontânea no seio das comunidades, que permitem fazer com que a economia caminhe para “uma outra economia”.

Bibliografia

- Almeida, João Ferreira, Alexandre Borrego, Luís Capucha e outros (2004), *Regiões Periféricas – Que Desenvolvimento*, Lisboa, CAIS e CIES
- Amaro, Rogério Roque (1991), “Lógicas de espacialização da economia portuguesa” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 10, (p. 161-182)
- Amaro, Rogério Roque (1993), “As Novas Oportunidades de Desenvolvimento Local”, in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º 8 Faro, IN LOCO (p. 16-22)
- Amaro, Rogério Roque (1998), *Desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro*. (consultado 9 -12-2011)
<http://www.inloco.pt/site/index.php?name=ContentExpress&func=display&ceid=96>
- Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria” in *Cadernos de Estudos Africanos* nº 4, Lisboa, CEA / ISCTE (p. 35-70)
- Amaro, Rogério Roque; Francisco Madelino (2004), *Economia Solidária: contributos para um conceito*, Funchal, Projeto CORES, Iniciativa Comunitária INTERREG-III
- Amaro, Rogério Roque (2005), “Entrevista a Rogério Roque Amaro” in *Pessoas e Lugares - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER*, II Série, nº 31, Julho/Agosto, Lisboa
- Amaro, Rogério Roque (2009), “Desenvolvimento Local” in Jean-Louis Laville; Luiz Gaiger; Pedro Hespanha (orgs) *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina / CES (p. 108-113)
- Amaro, Rogério Roque (2010), “A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito” in *Revista Economia Solidária, nº 1 - Economia Solidária – Apresentação de um conceito*, Ponta Delgada, ACEESA (p. 11-28)
- A.V. (1994), *Pobreza é com todos: mudanças possíveis - balanço de uma experiência* Programa Pobreza3, Lisboa, Comissão das Comunidades Europeias
- Bruto da Costa, A, (1988), *Exclusões Sociais*, Coleção Cadernos Democráticos, Lisboa, Gradiva

- Cáritas de Ciudad Rodrigo, Guarda y Salamanca, Francisco Javier A. Torrén (org.) (2008), *“A Raia... como é”*. Realidade problemática, futuro de esperança, Salamanca, Serviços da Fundação FINSOA
- Chanial, Philippe, Jean Louis Laville (2009), “Associativismo” in Jean-Louis Laville; Luiz Gaiger; Pedro Hespanha (orgs) *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina / CES (p. 21-25)
- Comissão Europeia (1997), Comunicação da Comissão – *Promoção do papel das Associações e das Fundações na Europa*, Bruxelas, DG XXIII
- Cruz, António e Aline Mendonça dos Santos (2011), “A economia solidária e as novas utopias: Permanências e ruturas no movimento histórico do associativismo económico” in Pedro Hespanha, Aline Mendonça dos Santos (Orgs.), *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*, Coimbra, Almedina/CES (p. 57-82)
- Dahrendorf, Ralph (1992), *O conflito social moderno*, Rio de Janeiro, Zahar Editor
- Dahrendorf, Ralph (1993), *Ensaio sobre o Liberalismo*, Lisboa, Editorial Fragmentos
- Defourny, J. (2009), “Economia Social” in Jean-Louis Laville; Luiz Gaiger; Pedro Hespanha (orgs) *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina / CES (p. 162-168)
- Espada, João Carlos (1998), *A tradição da Liberdade*, Cascais, Principia Publicações Universitárias e Científicas
- Estivill, Jordi (Coord) (1997), *O partenariat Social na Europa – Uma Estratégia Participativa para a Inserção*, Porto, REAPN Tradução Portuguesa,
- Estivill, Jordi (Coord) (2006), *Pequenas experiências, grandes esperanças! activar a participação*, Porto, REAPN
- Estivill, Jordi (2009), “Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno a la economía solidária” in *Os desafios da Economia Solidária- Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 84, Coimbra, CES (p. 101-113)
- Franco, Raquel (Coord) (2005), *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*, Universidade Católica Portuguesa e Johns Hopkins University

- Friedmann, John (1995), *Empowerment: uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Lisboa, Celta Editora
- Gadotti, Moacir (2009) *Economia solidária como práxis pedagógica* / Moacir Gadotti.-- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
- Gaiger, Luiz Inácio (2009), “Antecedentes e expressões actuais da economia solidária” in *Os desafios da Economia Solidária – Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 84, Coimbra, CES, (p.81-99)
- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Participação e Acção Colectiva – Interesses, conflitos e consensos*, Estoril, Principia
- Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento Caminhos Possíveis*, Lisboa, Escher
- Henriques, José Manuel (1992), “O Programa Pobreza III, a “auto-determinação selectiva” das comunidades locais e o turismo rural na luta contra a exclusão social,” in *Exclusão Social e Turismo Rural*, Coimbra, CCRC (p. 85-102)
- Henriques, José Manuel (2004), “Avaliação em Programas Experimentais: Perspectivas da Avaliação Realista” in *Cadernos de Estudos Africanos*, Nº 4
- Henriques, José Manuel (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning with European Experimental Programmes*, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa
[https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese+de+Doutoramento José+Manuel+Henriques.pdf](https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese+de+Doutoramento+José+Manuel+Henriques.pdf)
- Henriques, José Manuel (2007), “Globalização, Desintegração Local e Governança: Discursos e Possibilidades” in Salavisa, Isabel, Walter Rodrigues, Sandro Mendonça, *Inovação e Globalização: Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Territorial*, Porto, Campo das Letras (p.145-165)
- Henriques, José Manuel (2009), *Inovação Social e Animação Territorial: Contributos da Iniciativa Comunitária Equal em Portugal*, Sociedade e Trabalho, nº 12, Lisboa, Gabinete de Estratégia e Planeamento / MTSS

Henriques, José Manuel (2010), “Crise, Economia Social e Solidária e “Integração Económica” na Ação Contra a Pobreza in Revista de Economia Solidária in da *Revista de Economia Solidaria, Nº 2 - , “A Crise Atual e as Respostas Da Economia Solidaria”*, Ponta Delgada, ACEESA (p.82-113)

Jornal A Guarda, Peva de Almeida prepara geminação com Peva de Moimenta da Beira, Edição de 29-12-2011

(<http://www.jornalaguarda.com/index.asp?idEdicao=432&id=24374&idSeccao=6106&Action=noticia>)

Jornal A Guarda, “Obras de ampliação do Lar, adjudicadas por cerca de um milhão de euros” não foram contempladas com financiamento público, , Edição de 10-12-2009

<http://www.jornalaguarda.com/noticia.asp?idEdicao=329&id=17807&idSeccao=4385&Action=noticia>

Laville, Jean Louis; Jordi Garcia Jané (2009), *Crisis Capitalista y economia Solidária*, Barcelona, Icaria, Antrazyt

Laville, Jean Louis., Gaiger, L. I. (2009), “Economia Solidária” in Jean-Louis Laville; Luiz Gaiger; Pedro Hespanha (orgs) *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina / CES (p. 162-168)

Lopes, A. Simões (1995) *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Magalhães, Fátima (2001), *As Zonas de Fronteira Portugal-Espanha*, Lisboa, Núcleo de Políticas Regionais - Direcção Geral de Desenvolvimento Regional/Divisão de Informação e Documentação

Mendonça, Helena (1994), *Retratos de vidas em mudança*, Programa Pobreza3, Lisboa, Comissão das Comunidades Europeias

Monteiro, Alcides A. (2004), *Associativismo e novos laços sociais*, Coimbra, Quarteto

Moreira, Adriano (2011), *Da Utopia à Fronteira da Pobreza*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda

Moreira, Adriano (2000), *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

Namorado, Rui (2009), “Para uma economia solidária – a partir do caso português” in *Os desafios da Economia Solidária – Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 84, Coimbra, CES, p. 65-81

OIT/STEP, Jordi Estivill (2003), *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza

Os Editores (1974), *Dez grandes mensagens*, Porto, Editorial Promoção

Portela, José (2009), “A economia ou é solidária ou é fratricida” in *Os desafios da Economia Solidária – Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 84, Coimbra, CES, p.115-152

PNUD (1990), *Desarrollo Humano Informe 1990*, Bogotá, Tercer Mundo Editores

PNUD (1999), *Relatório do desenvolvimento Humano 1999*, Lisboa, Trinova Editora

Rodrigues, Susana - “IMPULS@RAIA” - II Jornadas De Desarrollo E Innovación Rural
“Tengo Una Propuesta Para Usted” (consultado 05-02-2012)

<http://www.fundacionciudadrodrigo.com/descargas/jornadasprimerdia.pdf>

Santos, Filipe Duarte (2007), “Sustentabilidade, Cultura e Evolução” in, Fórum Cultural o Estado do Mundo, Fundação Calouste Gulbenkian, - *A urgência da teoria* Lisboa, Tinta-da-China (p. 245-264)

Sen, Amartya (2003), *O Desenvolvimento como liberdade*, Lisboa, Gradiva

Seers, Dudley (1979), “Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir?” in *Análise Social*, Vol. XV, (n.º 60), p. 949-968

Silva, Manuela (1963), “Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário” in *Análise Social*, Vol. I, (n.º 4), p. 538-558

Silva, Manuela (1969), “O desenvolvimento económico e a política social” in *Análise Social*, Vol. VII, (n.º 27-28), p. 475-484

World Commission on Environment and Development (1987), *Our Common Future*, Oxford, Oxford University Press

Fontes

ADCS de Aldeia de São Sebastião <http://www.adcsaldeia.com>

Associação dos amigos de Peva <http://amigosdepeva.blogspot.com/>

IEFP – Estatísticas mensais por concelho <http://www.iefp.pt>

INE, *Censos - XII Recenseamento Geral da População. II Recenseamento Geral da Habitação Resultados definitivos Guarda - 1981 (1983)*

INE (1993), *XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação Censos - Resultados definitivos. Região Centro – 1991*

INE (2002), *CENSOS Resultados definitivos. Região Centro 2001*

INE, (2011) *Censos – Resultados preliminares 2011*

CMA, (2011) *Diagnóstico Social do Concelho de Almeida*, CLAS

Câmara Municipal de Almeida <http://www.cm-almeida.pt>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro <https://www.ccdrc.pt>

ANEXOS

Anexo A – Caraterização do Concelho

1– Estatísticas Censos 2011 por freguesia

2 – Estatísticas caraterização do concelho

Anexo B- Levantamento das Associações do Concelho de Almeida

Anexo C – Guião da Entrevista

Anexo D – Apresentação dos resultados da pesquisa

Anexo A– Caracterização do Concelho

Quadro 1 - População residente (N.º) por local de residência e Sexo - decenal

Zona Geográfica	2011			2001			2011/2001
	HM	H	M	HM	H	M	HM
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	Var.
Portugal	10555853	5052240	5503613	10356117	5000141	5355976	1,9%
Continente	10041813	4804279	5237534	9869343	4765444	5103899	1,7%
Beira Interior Norte	104371	49589	54782	115325	55053	60272	-9,5%
Concelho Almeida	7210	3378	3832	8423	4048	4375	-14,4%
Ade	73	33	40	98	45	53	-25,5%
Aldeia Nova	33	14	19	53	25	28	-37,7%
Almeida	1310	615	695	1491	715	776	-12,1%
Amoreira	178	80	98	185	83	102	-3,8%
Azinhais	63	31	32	82	43	39	-23,2%
Cabreira	77	34	43	77	33	44	0,0%
Castelo Bom	216	93	123	181	89	92	19,3%
Castelo Mendo	87	36	51	134	66	68	-35,1%
Freineda	238	111	127	269	120	149	-11,5%
Freixo	182	90	92	217	111	106	-16,1%
Junça	115	60	55	162	80	82	-29,0%
Leomil	108	53	55	134	67	67	-19,4%
Malhada Sorda	338	140	198	364	159	205	-7,1%
Malpartida	172	87	85	206	108	98	-16,5%
Mesquitela	45	23	22	58	26	32	-22,4%
Mido	46	20	26	59	30	29	-22,0%
Miuzela	368	186	182	432	217	215	-14,8%
Monte Perobolço	61	27	34	79	36	43	-22,8%
Nave de Haver	348	149	199	504	218	286	-31,0%
Naves	68	35	33	101	56	45	-32,7%
Parada	113	57	56	158	79	79	-28,5%
Peva	168	69	99	140	71	69	20,0%
Porto de Ovelha	47	21	26	83	39	44	-43,4%
São Pedro de Rio Seco	180	79	101	202	92	110	-10,9%
Senouras	38	18	20	57	28	29	-33,3%
Vale de Coelha	43	22	21	48	24	24	-10,4%
Vale da Mula	181	95	86	237	120	117	-23,6%
Vale Verde	93	44	49	131	63	68	-29,0%
Vilar Formoso	2221	1056	1165	2481	1205	1276	-10,5%

Fonte: INE, CENSOS 2011 - Resultados Preliminares

O contributo das organizações de economia social para o desenvolvimento

Quadro 2 - População residente , segundo grupos etários - Censos 2011

Zona Geográfica	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 ou mais anos	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 ou mais anos
Portugal	10561614	1572546	1145770	5820794	2022504	14,9%	10,8%	55,1%	19,1%
Continente	10047083	1484328	1078057	5535141	1949557	14,8%	10,7%	55,1%	19,4%
Beira Interior Norte	104403	12010	9969	52389	30035	11,5%	9,5%	50,2%	28,8%
Almeida	7228	592	583	3374	2679	8,2%	8,1%	46,7%	37,1%
Ade	73	1	2	36	34	1,4%	2,7%	49,3%	46,6%
Aldeia Nova	33	2	1	7	23	6,1%	3,0%	21,2%	69,7%
Almeida	1314	117	126	696	375	8,9%	9,6%	53,0%	28,5%
Amoreira	178	10	16	81	71	5,6%	9,0%	45,5%	39,9%
Azinhhal	63	6	4	25	28	9,5%	6,3%	39,7%	44,4%
Cabreira	77	3	5	42	27	3,9%	6,5%	54,5%	35,1%
Castelo Bom	216	14	17	71	114	6,5%	7,9%	32,9%	52,8%
Castelo Mendo	87	5	6	28	48	5,7%	6,9%	32,2%	55,2%
Freineda	238	10	23	86	119	4,2%	9,7%	36,1%	50,0%
Freixo	182	29	15	84	54	15,9%	8,2%	46,2%	29,7%
Junça	124	9	10	61	44	7,3%	8,1%	49,2%	35,5%
Leomil	104	3	5	30	66	2,9%	4,8%	28,8%	63,5%
Malhada Sorda	334	23	19	129	163	6,9%	5,7%	38,6%	48,8%
Malpartida	172	15	8	76	73	8,7%	4,7%	44,2%	42,4%
Mesquitela	45	6	2	22	15	13,3%	4,4%	48,9%	33,3%
Mido	46	0	2	11	33	0,0%	4,3%	23,9%	71,7%
Miuzela	368	32	34	163	139	8,7%	9,2%	44,3%	37,8%
Monte Perobolço	61	0	5	28	28	0,0%	8,2%	45,9%	45,9%
Nave de Haver	358	17	10	120	211	4,7%	2,8%	33,5%	58,9%
Naves	68	2	4	31	31	2,9%	5,9%	45,6%	45,6%
Parada	114	3	6	55	50	2,6%	5,3%	48,2%	43,9%
Peva	168	4	15	51	98	2,4%	8,9%	30,4%	58,3%
Porto de Ovelha	47	0	1	14	32	0,0%	2,1%	29,8%	68,1%
São Pedro de Rio Seco	181	17	15	67	82	9,4%	8,3%	37,0%	45,3%
Senouras	38	0	1	11	26	0,0%	2,6%	28,9%	68,4%
Vale de Coelha	43	5	2	22	14	11,6%	4,7%	51,2%	32,6%
Vale da Mula	182	11	12	92	67	6,0%	6,6%	50,5%	36,8%
Vale Verde	95	2	6	36	51	2,1%	6,3%	37,9%	53,7%
Vilar Formoso	2219	246	211	1199	563	11,1%	9,5%	54,0%	25,4%

Fonte: INE, CENSOS 2011 - Resultados Preliminares

O contributo das organizações de economia social para o desenvolvimento

Quadro 3 -População residente segundo o nível de instrução mais elevado completo

Zona Geográfica	Total	Nenhum	Básico			Secundário	Pós-secundário	Superior
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Portugal	10561614	2023094	2680333	1403249	1687085	1362660	142744	1262449
Continente	10047083	1913103	2544196	1320753	1609941	1307241	136582	1215267
Beira Interior Norte	104403	22916	32378	10611	15830	11318	1072	10278
Almeida	7228	1508	2695	727	997	759	59	483
Ade	73	11	40	3	9	5	0	5
Aldeia Nova	33	16	7	4	0	1	2	3
Almeida	1314	178	450	136	232	178	6	134
Amoreira	178	39	82	12	24	15	1	5
Azinhhal	63	15	28	11	7	1	1	0
Cabreira	77	32	22	7	10	2	1	3
Castelo Bom	216	55	82	18	20	27	1	13
Castelo Mendo	87	28	24	6	15	8	0	6
Freineda	238	70	98	17	24	16	1	12
Freixo	182	39	70	18	29	18	2	6
Junça	124	24	51	15	15	12	0	7
Leomil	104	28	61	6	4	4	0	1
Malhada Sorda	334	118	114	24	34	25	3	16
Malpartida	172	45	71	20	20	8	2	6
Mesquitela	45	14	19	5	5	1	0	1
Mido	46	21	14	3	3	3	0	2
Miuzela	368	98	148	44	48	21	2	7
Monte Perobolço	61	14	29	4	6	6	0	2
Nave de Haver	358	95	212	16	14	16	1	4
Naves	68	19	29	2	8	9	0	1
Parada	114	25	60	7	7	5	4	6
Peva	168	82	40	12	13	15	3	3
Porto de Ovelha	47	20	21	2	2	1	0	1
São Pedro de Rio Seco	181	18	116	21	15	5	0	6
Senouras	38	12	19	2	2	1	0	2
Vale de Coelha	43	8	19	7	5	3	0	1
Vale da Mula	182	38	82	19	27	8	0	8
Vale Verde	95	10	61	6	7	5	1	5
Vilar Formoso	2219	336	626	280	392	340	28	217

Fonte: INE, CENSOS 2011 - Resultados Preliminares

Quadro 4 – Evolução da população residente por Grupo Etário

População residente		1981		1991		2001		2011	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total		10524	100%	10040	100%	8423	100%	7228	100%
Grupo Etário	0-14	2291	21,8%	1582	15,8%	926	11,0%	592	8,2%
	15-24	1620	15,4%	1500	14,9%	964	11,4%	583	8,1%
	25-64	4542	43,2%	4776	47,6%	4024	47,8%	3374	46,7%
	65 ou +	2071	19,7%	2182	21,7%	2509	29,8%	2679	37,1%

Fonte: INE - Censos

Quadro 5 - Caracterização dos desempregados- Concelho de Almeida (31/12/2011)

Caracterização dos desempregados		Nº	%
Total		169	
Género	Homens	84	49,7%
	Mulheres	85	50,3%
Tempo de inscrição	> 1 ano	95	56,2%
	1 ano e +	74	43,8%
Grupo etário	> 25 anos	21	12,4%
	25 a 34 anos	41	24,3%
	35 a 54 anos	68	40,2%
	55 e + anos	39	23,1%
Níveis de escolaridade	> 1º ciclo	10	5,9%
	1º ciclo	33	19,5%
	1º ciclo	23	13,6%
	1º ciclo	54	32,0%
	Secundário	25	14,8%
	Superior	24	14,2%

Fonte: IEFP - estatísticas mensais

Quadro 6 - População residente, activa e activa empregada

População	1981		1991		2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Residente	10524		10040		8423	
Activos	3598		3769		3021	
Activos Empregados	3253		3638		2785	
Primário	1548	47,60%	1041	28,60%	421	15,10%
Secundário	511	15,70%	498	13,70%	607	21,80%
Terciário	1194	36,70%	2099	57,70%	1757	63,10%

Fonte: INE - Censos

Anexo B - Levantamento das Associações do Concelho de Almeida

O contributo das organizações de economia social para o desenvolvimento

Levantamento das Associações do Concelho de Almeida

Freguesia	Associação
Ade	Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social de Ade
Aldeia Nova	
Almeida	Associação de Desenvolvimento das Encostas da Fonte Santa
	Associação dos Amigos de Almeida
	Associação Cultural e Desportiva de Estrela de Almeida
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeida
	Coro Etnográfico de Almeida
	Corpo Nacional de Escutas Agrupamento 1014 Almeida
	A.D.S. Acrialmeida Associação de Criadores da Região de Almeida
	Associação Comercial e Industrial de Almeida
	Clube de Caça e Pesca de Almeida
	Associação de Automóveis Antigos do Vale do Côa
	Núcleo Sportinguista de Almeida
	Associação dos Amigos do Colégio Frei Bernardo de Brito
	Santa Casa da Misericórdia de Almeida
	CROFLOR - Associação de Produtores Florestais do Cró
Associação de Pais de Almeida	
Amoreira	Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira
Azinhal	Associação de Caça e Pesca do Azinhal
	Conselho da Fábrica Paroquial da Igreja de Azinhal
Cabreira	Associação Social, Recreativa e Cultural da Cabreira
	Associação Sócio Terapêutica de Almeida (ASTA)
Castelo Bom (S ^o Sebastião)	Clube de Caça e Pesca de Castelo Bom
	Centro Social, Recreativo e Cultural de Castelo Bom
	Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião
Castelo Mendo	Associação de Desenvolvimento de Castelo Mendo
	Associação Desportiva, Recreativa e Cultural do Paraizal
Freineda	Associação Desportiva, Cultural e Social da Freineda
	Clube de Caça e Pesca da Freineda
	Comissão de Melhoramento da Freineda
Freixo	Grupo Cultural, Recreativo e Desportivo de Caça e Pesca do Freixo
	Associação Cultural "Conheça a sua Aldeia do Freixo"
Junça	Associação Cultural e Recreativa da Junça
Leomil	Associação Desportiva, Cultural, Recreativa e Social de Leomil
Malhada da Sorda	Associação de Melhoramentos, Caça e Pesca de Malhada Sorda
	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Malhada Sorda
	Banda Filarmónica da Malhada Sorda
Malpartida	Associação para o Desenvolvimento e Acção Social de Malpartida
	Associação de Caçadores de Malpartida
Mesquitela	Associação Cultural, Recreativa e Social de Mesquitela
Mido	Associação Desportiva, Cultural e Social de Mido
	Associação de Caça e Pesca do Planalto de Côa
Miuzela	Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense
	Associação Casa de Cultura Professor José Pinto Peixoto
Monte Perobolço	Associação Social Cultural e Recreativa de Monteperobols o
Nave de Haver	Associação Cultural e Recreativa de Nave de Haver
	Centro Social e Paroquial St ^o António de Nave de Haver

Fonte: CMA

O contributo das organizações de economia social para o desenvolvimento

Levantamento das Associações do Concelho de Almeida (continuação)

Freguesia	Associação
Naves	Centro Cultural e Bem Estar de Naves
Parada	Associação dos Caçadores da Parada
Peva	Associação dos Amigos de Peva
	Associação de Caça e Pesca de Peva
	Associação de Solidariedade Social, Cultural e Desportiva de Aldeia Bela
Porto de Ovelha	Associação Cultural e Recreativa de Porto de Ovelha
S ^o Pedro de Rio Seco	Centro Social do Rio Seco
Senouras	Associação Sócio Cultural e Desportiva de Senouras
Vale da Mula	Clube de Caça e Pesca Valedamulense
	Associação Recreativa Cultural Social Valedamulense
Vale de Coelha	
Valverde	Associação Desportiva e Cultural de Valverde
	Associação de Regantes, Florestação e Produção Animal de Valverde
	Associação da Solidariedade Social de Valverde
Vila Formoso	Grupo Coral Polifónico de Vilar Formoso
	Sporting Clube de Vilar Formoso
	Clube de Caça e Pesca de Vilar Formoso
	"Las Rayas" Circuito Taurino Rui Bento Vasques
	Moto Clube Ases da Raia
	Centro de Assistência Social e Infantil de Vilar Formoso
	Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso
	Centro Lúdico Cultural de Vilar Formoso
	Associação "Penha Lenço Encarnado"
	Associação "Os Barriguinhas"
	Cruz Vermelha Portuguesa
	Associação de Pais e Encarregados de Educação de Agrupamentos de Escolas de Vilar Formoso
	Associação Juvenil Cultural, Social e Desportiva do Grupo de Cordas de Vilar Formoso
	Associação para o Desenvolvimento Integrado de Riba Cõa
	Centro de Animação Cultural de Vilar Formoso
	Moto Raia Clube
Raia Radical - Associação Desportiva de Vilar Formoso	

Fonte: CMA

Anexo C – Guião de entrevista

Mestrado Economia Social e Solidária

A participação da Sociedade Civil no processo de desenvolvimento:

O caso do concelho de Almeida

Guião de entrevista

I- Caracterização da instituição

1. Ano de Fundação_____
2. Natureza jurídica:
 - Associação de solidariedade Social
 - Irmandade da Misericórdia
 - Fundação de Solidariedade Social
 - Instituto de Organização Religiosa
 - Associação de Socorros Mútuos
 - Casa do Povo
 - Cooperativa de Solidariedade Social
3. Objetivos iniciais
4. N° de associados_____
5. Valências:
 - Centro de Dia
 - Apoio domiciliário (inclui o integrado)
 - Lar de idosos
 - Jardim-de-infância (inclui ATL)
 - Creche
 - Outro
6. N° de postos de trabalho_____
7. N° de utentes por valência_____
8. Propriedade das instalações / equipamentos:
 - Próprias Como foi financiada a construção/aquisição?
 - Terceiros Quem?

II- Entrevista

1. Considera que o trabalho desenvolvido pela associação vai ao encontro das necessidades da população?
2. Como analisa o papel desempenhado pela associação, enquanto promotora de desenvolvimento da região onde está inserida?
3. Os associados, trabalhadores e a comunidade são envolvidos na tomada de decisão? Exemplifique.
4. Existem voluntários a prestar serviço na associação? O voluntariado está previsto nos estatutos? Como é dinamizado o voluntariado?
5. Quais são os principais parceiros?
6. Considera importante o trabalho em parceria?
7. Como é garantida a sustentabilidade e autonomia da associação?
8. Como é financiada a atividade da instituição (Percentagem receitas provenientes das vendas e da prestação de serviços, quotas, donativos, transferências do estado)?
9. Participou no projeto “Mundo rural em transformação” promovido pelo Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS) de Vilar Formoso nos anos 90? Qual a importância que essa participação teve na evolução da associação?
10. Quais os principais desafios para o futuro?

Anexo D – Apresentação dos resultados da pesquisa

I - Caraterização da instituição

1. Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social de Ade

A associação foi fundada em 1992 com objetivos meramente recreativos, só mais tarde é que passou a incluir a vertente social.

Na vertente social gere o Centro de dia e o serviço de apoio domiciliário. Presta apoio domiciliário que inclui alimentação e apoio na higiene em várias localidades: Ade, Mesquitela, Paraizal, Monte da Velha.

2. Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira

A associação foi fundada em 2001, com o objetivo de prestar apoio à população idosa e à população jovem da freguesia. Funciona num edifício cedido por um particular (emigrante).

3. Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião

A Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de São Sebastião foi fundada em 18 de Dezembro de 1991.

Tinha como objetivo a Construção de Infraestruturas de Apoio Social, começamos pela Sede da Instituição (Salão Polivalente). A associação foi ampliando sucessivamente as suas infraestruturas, contando atualmente com um vasto leque: um campo polidesportivo, um complexo de piscinas, um anfiteatro ao ar livre, bungalows, um lar de 3ª idade. Em 2011 foi concluída a obra de construção do parque desportivo constituído por campo de minigolfe, parque de skate, pista de salto em comprimento, sala de formação, pista e equipamentos de manutenção, slide, parede de escalada e parque infantil.

A instituição atua na área da formação, cultura, lazer e social, essencialmente, através do desenvolvimento das seguintes iniciativas: Gestão dos equipamentos sociais: Lar e Centro de dia, Realização de cursos de formação diversos, nomeadamente cursos de geriatria e das tecnologias de informação cursos temáticos e ocupacionais, Organização de espetáculos e sessões públicas, realização de campos de trabalho internacionais, Organização de férias desportivas para jovens, Participação em Programas de Férias para Jovens, Apoio a atividades

juvenis organizadas por responsáveis de outras entidades, como por exemplo as Comissões de Proteção de Jovens e Crianças em Risco, Organização de “Bazares Solidários” na Aldeia de S. Sebastião e Pinhel para distribuição de alimentos, roupas, brinquedos, calçado e material didático a famílias carenciadas.

Presta apoio à população, por exemplo, contacto com idosos para obtenção de apoios sociais do estado como o complemento solidário para idosos.

Acompanha o protocolo do RSI, no concelho de Almeida e Pinhel, no âmbito do qual apoia cerca de 200 famílias.

4. Comissão de Melhoramento da Freineda

A comissão tem origem no ano de 1992, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), visa exclusivamente fins sociais. Gere o Centro de Dia, o Serviço de Apoio Domiciliário e o Lar.

5. Associação Desportiva, Cultural e Social de Leomil

A associação foi fundada em 1998, com o objetivo de dinamizar as vertentes desportiva, cultural e social da população da freguesia de Leomil.

No âmbito social, atualmente dispõe de um Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário na freguesia.

6. Associação para o Desenvolvimento e Acção Social de Malpartida

A associação foi fundada em 1999 com o objetivo de dar apoio à população idosa, nesse âmbito construiu um edifício onde funciona o Centro de Dia e Lar de Malpartida, presta Apoio Domiciliário a nível de refeições, tratamento de roupa e limpeza da habitação nas freguesias de Malpartida, Vale de Coelha e Almeida.

7. Associação Desportiva, Cultural e Social de Mido

A associação foi fundada em 1999, com o objetivo de dinamizar as vertentes desportiva, cultural e social da população da freguesia de Mido, tem um Centro de Dia.

8. Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense

A associação foi fundada em 1 de Julho de 1992, com o objetivo de prestar serviços sociais. Dinamiza também a área cultural e desportiva na freguesia e está instalada numas instalações cedidas pela Junta de Freguesia, cedidas para o efeito.

Nessas instalações funciona o Centro de dia e os serviços de apoio ao serviço de apoio domiciliário.

9. Associação Social, Cultural e Recreativa de Monteperobolso

A Associação foi constituída em 14 de Janeiro de 1991, tendo como fundadores um grupo de homens e mulheres voluntários, dedicados à causa pública e à promoção do bem-estar social. Em 1996 entrou em funcionamento o Centro de dia.

Com o apoio do CAIS de Vilar Formoso, construiu a sua sede, num edifício que partilha com a Junta de Freguesia.

10. Associação dos Amigos de Peva

A associação foi fundada em 1989 com o objetivo de trabalhar na ação social na freguesia mas foi alargando a sua área de influência, atualmente abrange Peva Aldeia Bela, Freixo, Mido, Senouras, Aldeia Nova, Ansul, Azinhal e Vale Verde.

Missão: Prestar um serviço de apoio social à terceira idade que prime pela Excelência na Qualidade, garantindo na prestação dos cuidados básicos, o respeito e a dignidade pelo idoso, reconhecendo-lhe o direito à plena cidadania, à independência, e privacidade, proporcionando condições que potenciem a sua inclusão social.

Visão: Pretendemos ser reconhecidos a nível nacional e internacional, como I.P.S.S. de apoio geriátrico, que se distingue pela elevada Qualidade.

Começou com o apoio domiciliário, o centro de dia. Em 2004 foi inaugurado o Centro de Apoio ao Idoso que veio acrescentar a valência de Lar.

No âmbito cultural destaca-se a criação de um Museu na aldeia.

11. Centro Social do Rio Seco

A associação foi fundada em 16 de Outubro de 1987, funciona numa antiga escola primária, que foi cedida pelas finanças à associação para instalar a sua sede social. Nas instalações da antiga escola, funciona desde 1995 o Serviço de Apoio Domiciliário na freguesia e o Centro de Dia.

No **domínio da social** gere o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário, que inclui fornecimento de refeições, tratamento de roupa, a limpeza habitacional e higiene pessoal., nas

freguesias de S. Pedro de Rio Seco e da Junça. Encontra-se em curso a construção de um lar na aldeia.

No **domínio da saúde** prestam apoio de enfermagem na sede da Associação duas vezes por semana a utentes e sócios. O Centro Social acompanha os utentes às consultas médicas em Almeida e na Guarda.

No **domínio cultural**, destaca-se a organização de visitas a locais de interesse, realização de uma exposição de fotografia sobre os testemunhos do passado em S. Pedro de Rio Seco, a realização de exposições de artesanato no Pavilhão multiusos da Freguesia, em parceria com a Associação Rio Vivo e de feiras para venda de produtos, como por exemplo a mostra de mel, compotas. Em 2006, O Centro Social do Rio Seco editou um livro, “Memórias da terra – Costumes da Beira Interior” da autoria de António Ramos André e publica o jornal “Alto da Raia”.

12. Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense

A associação foi fundada em 1974, com objetivos meramente recreativos e culturais, em 2003 foram alterados os estatutos de forma a alargar para os objetivos sociais.

Desenvolve atividades na área desportiva, sobretudo o Futebol, gere o Centro de Dia e presta Apoio Domiciliário na freguesia.

13. Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS) de Vilar Formoso

O Centro de Acolhimento e Integração Social foi criado em 1985 para dar resposta às necessidades dos cidadãos Portugueses e estrangeiros em dificuldades na fronteira na sequência do repatriamento por falta de documentação ou falta de trabalho.

Paralelamente, a instituição dá apoio a ex-emigrantes, um grupo caracterizado pelos baixos níveis de escolarização, disponibilizando apoio e informação para a resolução de assuntos junto de outras entidades, nomeadamente para tratar pedidos de reforma.

Entre 1985 e 1987 foi uma instituição pioneira nesta valência, tendo prestado apoio a cerca de 2000 ex-emigrantes do concelho de Almeida e outros limítrofes, nomeadamente Guarda e Sabugal. Atualmente fazem parte dos ficheiros ativos cerca de 2500 ex-emigrantes.

Desde os anos 80, tem promovido vários projetos de desenvolvimento local e de luta contra a pobreza e exclusão social, dos quais se destaca:

- O projeto “Ruralidade em transformação” Formoso, financiado pelo governo, com um âmbito temporal de 3 anos que abrangeu as freguesias de Vilar Formoso, Naves e Nave de Haver;
- O projeto “Mundo rural em transformação” promovido no âmbito do Programa Pobreza III (1989-1994). Em termos globais terão sido criados cerca de 80 postos de trabalho.
- Projeto Impuls@raia promovido em parceria com a Câmara Municipal de Almeida, Câmara Municipal do Sabugal e o Núcleo Empresarial da Região da Guarda, no âmbito da iniciativa comunitária EQUAL que visava criar capacidade de inserção profissional e incentivar o espírito empresarial como forma de combater a desertificação e promover o desenvolvimento sustentável da região;

Na sequência de um desafio colocado por uma instituição alemã, foi criado o projeto “Comida Sobre Rodas”. Nos anos 90 o Serviço de Apoio Domiciliário ainda não era muito conhecido e esta era uma grande inovação. A instituição apoiou com a doação de 5 viaturas e com verbas. Foi um projeto de muita visibilidade, servia 40 refeições dia em 8 freguesias do concelho.

Atualmente, a instituição presta apoio aos idosos através das valências de Lar, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário nas freguesias de Vilar Formoso, Malhada, Parada e Cabreira.

Número de Sócios por Instituição

Freguesia	Instituição	Nº Sócios
Ade	Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social de Ade	450
Amoreira	Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira	120
Castelo Bom	Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião	1816
Freineda	Comissão de Melhoramento da Freineda	200
Leomil	Associação Desportiva, Cultural e Social de Leomil	n.d.
Malpartida	Associação para o Desenvolvimento e Ação Social de Malpartida	151
Miuzela	Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense	585
Monte Perobolso	Associação Social, Cultural e Recreativa de Monteperobolso	190
Mido	Associação Desportiva, Cultural E Social se Mido	nd
Peva	Associação dos Amigos de Peva	164
São Pedro do Rio Seco	Centro Social de São Pedro	400
Vale da Mula	Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense	619
Vilar Formoso	CAIS de Vilar Formoso	-

Número de utentes por valência

Freguesia	Instituição	Centro de dia	Lar	SAD	JI ATL	Total
Ade	Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social de Ade	12	-	28	-	40
Amoreira	Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira	-	-	27	14	41
Castelo Bom	Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião	20	35	30	-	85
Freineda	Comissão de Melhoramento da Freineda	5	12	13	-	30
Leomil	Associação Desportiva, Cultural e Social de Leomil	20	-	10	-	30
Malpartida	Associação para o Desenvolvimento e Ação Social de Malpartida	10	8	10	-	28
Miuzela	Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense	19	-	21	-	40
Mido	Associação Desportiva, Cultural E Social se Mido	17	-	-	-	17
Monte Perobolso	Associação Social, Cultural e Recreativa de Monteperobolso	16	-	-	-	16
Peva	Associação dos Amigos de Peva	8	46	54	-	108
São Pedro	Centro Social de São Pedro	17	-	40	-	57
Vale da Mula	Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense	9	-	8	-	17
Vilar Formoso	CAIS de Vilar Formoso	7	40	21	-	68

Postos de trabalho

Freguesia	Instituição	Postos de trabalho
Ade	Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social de Ade	3
Amoreira	Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira	3
Castelo Bom Aldeia de São Sebastião	Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia S. Sebastião	35
Freineda	Comissão de Melhoramento da Freineda	10
Leomil	Associação Desportiva, Cultural e Social de Leomil	2
Malpartida	Associação para o Desenvolvimento e Acção Social de Malpartida	7 + 1 POC
Mido	Associação Desportiva, Cultural e Social de Mido	3
Miuzela	Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense	7
Monteperobolso	Associação Social, Cultural e Recreativa de Monteperobolso	3
Peva	Associação dos Amigos de Peva	25* + 1 estágio profissional
São Pedro do Rio Seco	Centro Social de São Pedro	6
Vale da Mula	Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense	3 + 1 Part time
Vilar Formoso	CAIS de Vilar Formoso	27

* Incluí 5 postos de trabalho financiados pelo IEFP através de Programas Ocupacionais

Entrevistas

1. Considera que o trabalho desenvolvido pela associação vai ao encontro das necessidades da população?

- Sim. A população é maioritariamente idosa, muitos vivem sozinhos porque os filhos foram trabalhar para fora e o centro de dia e o apoio domiciliário faziam falta. Muito embora os locais solicitem à associação a criação de um mini lar. (Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense)
- Responde muito às necessidades da população e é muito valorizada de acordo com a opinião dos nossos utentes e de quem nos visita. Quando é possível adquirir serviços no concelho, temos esse critério em conta” (AAP)
- Desde a criação da Instituição, os objetivos visavam principalmente criar infraestruturas que viessem de encontro à melhoria das condições de vida dos habitantes de Aldeia de S. Sebastião, nomeadamente apoio social, daí, criada a Sede da Instituição (Salão Polivalente). Criada a primeira infraestrutura foi um seguir de desafios feitos pelos sócios, nomeadamente, os mais jovens: Polidesportivo, Piscina, Parque Desportivo. No sentido de trazer visitantes à Aldeia pensamos em criar condições de estadia para os mesmos. Com a construção dos Bungalows e camaratas conseguimos, assim, criar condições para estadia confortável a 30 pessoas em Bungalows e 60 pessoas em camarata, nomeadamente para grupos de jovens.
Recentemente, e para complementar a vertente do apoio social envolvemo-nos no projeto de construção de um lar, que muita gente referencia, o que muito nos orgulha, tendo o mesmo capacidade para 35 utentes. (ADCS S. Sebastião)
- A Aldeia tem um número considerável de jovens para quem o nosso apoio poderá fazer a diferença, a associação tem como objetivo contribuir para a educação das crianças e jovens da aldeia. Relativamente aos idosos, o apoio domiciliário também constituía uma necessidade...as pessoas já estavam habituadas ao serviço... anteriormente, este serviço era prestado pelo CAIS de Vilar Formoso. (Amoreira)
- No que respeita aos idosos sim, os serviços que prestamos são de grande utilidade para a população. (Freineda)
- O Serviço de Apoio Domiciliário e o Centro de dia são de grande utilidade para a freguesia. Permite aos idosos uma melhoria na qualidade de vida com custos relativamente baixos, cada idoso paga em média 80€ por mês para estar no Centro de

dia. O apoio domiciliário varia entre os 75€ e os 105€, de acordo com os serviços que são disponibilizados que vão desde a alimentação e higiene pessoal, à limpeza da habitação e higiene da roupa. A instituição é muito valorizada pela comunidade...recebemos frequentemente demonstrações da nossa importância através das palavras da comunidade (Miuzela)

- Ajuda mas não é suficiente (Malpartida)
- A instituição tem um papel fundamental no apoio aos idosos, um dos maiores problemas da freguesia. Contribui também para a criação de emprego, não existem na freguesia outras entidades empregadoras. (Monte Perobolso)
- As pessoas reconhecem o nosso trabalho, abrimos em 1995 e temos tido sempre muitos utentes. (Ade)

2. Como analisa o papel desempenhado pela associação, enquanto promotora de desenvolvimento da região onde está inserida?

Mobilização de recursos locais

- A nível local permitiu a criação de postos de trabalho. (Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense)
- Das vinte trabalhadoras seis são da aldeia. Gostaríamos de adquirir produtos locais, mas não existem produtores certificados e legalizados, por isso não é possível. (AAP)
- Fazendo uma análise das atividades da Associação, pensamos estar situados na primeira fila, nomeadamente na criação de postos de trabalho, que neste momento são 35. (ADCS S. Sebastião)
- Sempre que podemos recorremos a empresas locais, especialmente para a aquisição de produtos alimentares. (Freineda)
- Privilegiamos empresas do concelho, mas devido aos constrangimentos financeiros o nosso primeiro critério tem que ser o preço. (Miuzela)
- O presidente privilegia a contratação de serviços e aquisição de bens a empresas do concelho (Malpartida)
- Realizamos uma exposição de artesanato no Pavilhão multiusos da Freguesia, em parceria com a Associação Rio Vivo e uma feira para venda de produtos locais, como por exemplo a mostra de mel, compotas. (Centro Social de São Pedro)

Valorização do património

- A aquisição e as obras no edifício do antigo quartel da Guarda Fiscal para instalar o lar e a sede da associação. (Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense)
- Temos o nosso museu rural onde é depositado o espólio da localidade, organizado em torno de três conceitos os rostos, os ritos, os restos... A associação conseguiu mobilizar a população para lhe confiar o seu património... Organizamos exposições e sessões culturais. (AAP)
- Desenvolvemos atividades culturais que visam preservar as tradições, o carnaval, a recriação da Via Sacra (Amoreira)
- A nossa sede está instalada numa antiga escola primária, cedida pelas finanças num estado muito degradado. Recuperamos a escola mantendo a traça antiga.

Organizamos visitas a locais de interesse na freguesia, realizamos uma exposição de fotografia sobre os testemunhos do passado em S. Pedro de Rio Seco, Em 2006, O Centro Social do Rio Seco editou um livro, “Memórias da terra – Costumes da Beira Interior” (Centro Social de São Pedro)

- Temos um grupo de Rancho que vai mantendo vivas as memórias e traz animação à aldeia e aos locais onde nos deslocamos para dar espetáculos (Miuzela)

3. Os associados, trabalhadores e a comunidade são envolvidos na tomada de decisão? Exemplifique.

- Sim, aquando de uma candidatura apresentada para construção de um lar de raiz foram convocados associados e trabalhadores para decidir o local adequado para a instalação e construção do mesmo, tendo o local escolhido sido aprovado por todos (Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense)
- A população participa mas gostaríamos que houvesse mais participação, muitas pessoas não aparecem e quando aparecem participam pouco. (AAP)
- Os associados, trabalhadores e a comunidade são envolvidos permanentemente em todos os Planos de Atividade, bem como o desenvolvimento das mesmas estão em a entre direção, sócios e funcionários estão em consonância (ADCS S. Sebastião)

- Os associados e a comunidade são envolvidos na tomada de decisão...as assembleias gerais são muito participadas. O envolvimento nas atividades que desenvolvemos também é grande (Amoreira)
- Normalmente sim, as assembleias são muito participadas e os utentes ou familiares de utentes dão algumas sugestões. (Freineda)
- As reuniões são pouco participadas...rondam os 20 participantes. Esporadicamente são feitas sugestões pelos utentes e associados. (Miuzela)
- Gostávamos que houvesse uma maior participação. Na génese da associação houve muita participação...agora as pessoas acham que os dirigentes da associação podem resolver tudo. (Malpartida)
- As pessoas não são muito participativas...pagam as quotas e de resto não participam...mas estamos a falar de pessoas já com alguma idade (Ade)

4. Existem voluntários a prestar serviço na associação? O voluntariado está previsto nos estatutos? Como é dinamizado o voluntariado?

- A participação voluntária dos sócios e amigos tem sido um dos pilares que permitem a realização de todas estas infraestruturas e atividades. Consideramos o voluntariado o nosso pulmão (ADCS S. Sebastião)
- Não existe voluntariado na associação...mas há pessoas com vontade de serem voluntárias. Esta situação não está prevista mas acolhemos bem a ideia. (Malpartida)

5. Quais são os principais parceiros?

6. Considera importante o trabalho em parceria?

- Município de Almeida, CDSS. O trabalho em parceria é cada vez mais importante e a rede social. (Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense)
- Temos como principais parceiros o Hospital Sousa Martins, o Centro de Saúde e a Junta de Freguesia. O trabalho em parceria é muito importante... a nível informal tiramos dúvidas com outras associações do concelho, existe um bom relacionamento entre associações, quando é necessário partilhamos recursos, como por exemplo quando emprestamos as nossas carrinhas a outras instituições...para a ASTA, para a Aldeia de São Sebastião e eles também nos emprestam equipamentos...nós não temos projetores e quando realizamos atividades a Aldeia de São Sebastião empresta-nos o deles. (AAP)

- Temos como parceiros a Junta de Freguesia de Castelo Bom, Instituto da Segurança Social, IPJ, Inatel e IEF. O trabalho em parceria é fundamental para o bom funcionamento de uma instituição. (ADCS S. Sebastião)
- Temos como parceiros a ASTA, o Centro Lúdico Cultural e Social de Vilar Formoso, A Associação de Peva. O trabalho em parceria é muito importante porque promove a entreatajuda e permite o aproveitamento de recursos. (Amoreira)
- Segurança Social e Enfermeiras. O trabalho em parceria é importante porque existe uma maior cooperação. (Freineda)
- Os nossos parceiros são a Segurança Social e Câmara Municipal. O estabelecimento de parcerias é muito importante... o trabalho em parceria poderia ser mais reforçado. (Miuzela)
- Os nossos parceiros são a Segurança Social, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Existe uma prática de troca de experiências de forma informal entre as associações do concelho, para além disso participamos no Programa da Rede Social, que constitui uma oportunidade para debater os problemas do concelho e de encontrar soluções em conjunto. (Malpartida)
- Os nossos parceiros são a Segurança Social e a Junta de Freguesia (Ade)

7. Como é garantida a sustentabilidade e autonomia da associação?

- Através das verbas transferidas mensalmente pela segurança social, prestações pagas pelos utentes e alguns convívios para angariação de fundos (Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense)
- Neste momento o lar está a ser coberto pelo apoio domiciliário...os custos do lar são muito elevados... só em eletricidade gastamos cerca de 6000 euros por mês. (AAP)
- Nas várias vertentes da Associação tentamos que cada uma se auto-sustente. Neste momento, dado o grosso investimento e os encargos que temos, nomeadamente com a banca, por vezes temos que recorrer a “habilidades financeiras” para que umas valências cubram as outras. (ADCS S. Sebastião)
- A sustentabilidade é garantida pelas quotas dos associados, segurança social e Instituto Português da Juventude, não temos muita autonomia financeira. (Amoreira)
- Através dos acordos de cooperação com a segurança social, que representam 50% do nosso financiamento. (Freineda)
- Muito mal...sem o apoio da Segurança Social é complicado. (Miuzela)

- A atividade da instituição é financiada através dos apoios da segurança social, que representam cerca de 50% e o restante por receitas próprias, que incluem a comparticipação dos utentes, as quotas e alguns donativos. Temos tido sempre resultados positivos que vão ser reinvestidos na obra de ampliação do lar. (Malpartida)
- A sustentabilidade é garantida coma a ajuda da segurança social. (ade)

8. Como é financiada a atividade da instituição (Percentagem receitas provenientes das vendas e da prestação de serviços, quotas, donativos, transferências do estado)?

- 5,2% Quotas, 0,3% Donativos, 4% Angariação de Fundos (Almoço de Natal, Carnaval...), 50,3% transferências do estado, mensalidade dos utentes 40,2% (Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense)
- 10% Transferências da Segurança Social (acordo para 10 utentes no Centro dia, 46 em apoio domiciliário e 20 para o lar), 89% receitas próprias provenientes da prestação de serviços e o restante (1%) provêm das quotas e dos poucos donativos que temos. (AAP)
- Nas várias vertentes da Associação tentamos que cada uma se auto-sustente. Neste momento, dado o grosso investimento e os encargos que temos, nomeadamente com a banca, por vezes temos que recorrer a “habilidades financeiras” para que umas valências cubram as outras. (ADCS S. Sebastião)
- Relativamente à construção do lar, uma obra com um custo total de 1.500.000€, obteve um financiamento da Segurança Social de 200 000 € (13%) recorremos ao crédito bancário no valor de 450.000 € (30%), o restante foi financiado com capitais próprios e receitas provenientes de donativos de sócios (ASS)
- 5% Quotas, 5% Donativos e 90% Estado (Amoreira)
- 50% Segurança Social, 49% pagamento dos utentes e 1% para quotas e donativos. (Freineda)
- 80% Transferências da Segurança Social, 19% comparticipação dos utentes e 1% Quotas (Miuzela)
- 50% Receitas próprias, 50% transferências da segurança social (Malpartida)
- 10% Quotas, 50% Segurança social, 30% comparticipação dos utentes, 10% receitas provenientes da exploração de um bar (Ade)

- Receitas próprias 60%, Transferências da Segurança Social 35%, Câmara Municipal 5% (CAIS de Vilar Formoso)

9. Participou no projeto “Mundo rural em transformação” promovido pelo Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS) de Vilar Formoso nos anos 90? Qual a importância que essa participação teve na evolução da associação?

- Não participou (Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense)
- Não participamos no projeto mas o apoio do CAIS foi fundamental na fase inicial, quando criamos o museu e começamos com o projeto de apoio domiciliário, na altura deram-nos uma ajuda de cerca de cinquenta contos. (AAP)
- Sim, participámos. Nos primeiros passos da Associação foi o primeiro programa que nos apoiou nas primeiras infra-estruturas. (ADCS S. Sebastião)
- Não (Amoreira)
- Iniciamos a obra para o salão de convívio. Deles (CAIS) veio o empurrão para o centro de dia e o apoio domiciliário, foi pouca ajuda, mas com a ajuda do povo a obra foi feita (Ade)
- Sim, após o início da recuperação da escola para instalar a nossa sede, solicitámos apoio financeiro ao CAIS, no âmbito do Programa Luta contra a Pobreza, para recuperar o edifício que se encontrava bastante degradado. Mais tarde, Em 1995, ainda com o apoio do CAIS de Vilar Formoso abrimos um Centro de Dia, que começou por fornecer refeições a cerca de 12 pessoas da aldeia. (São Pedro)
- Não (Malpartida)
- Fomos apoiados pelo CAIS nas obras do edifício da sede (Miuzela)

10. Quais os principais desafios para o futuro?

- Com menos dinheiro transferido pelo estado, ausência de candidaturas a fundos comunitários, prestar mais e melhores serviços aos nossos utentes será um verdadeiro desafio...mas o grande desafio seria, sem dúvida, a criação de um mini-lar que iria permitir que os utentes da freguesia pudessem permanecer na sua terra natal. (Associação Recreativa Cultural e Social Valdamulense)
- Desafios...ainda estamos a ver (AAP)

- Honrar compromissos assumidos; Manutenção das instalações atuais; Criação de complementos em falta no concelho de infra-estruturas, visando sempre a melhoria das condições de vida e assistência, nomeadamente, recreativa cultural e social de todos os sócios, amigos e população em geral do concelho, concelho limítrofes e distrito; Permitir a fixação de mais jovens/funcionários que possam continuar a residir na nossa região com futuro assegurados, visando sempre a criação de novos postos de trabalho. (ADCS S. Sebastião)
- Em primeiro lugar gostávamos de ter instalações próprias...depois criar um centro de dia com algumas camas para as pessoas mais necessitadas que se encontram sós. (Amoreira)
- Manter a casa aberta e concluir o processo de licenciamento (Miuzela)
- Ampliar o lar (Malpartida)
- Continuar a ter utentes. (Ade)